



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 76ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – BRASÍLIA - 11 DE SETEMBRO DE 2014**

1 Aos onze dias do mês de setembro de 2014, das 9 horas às 18 horas, na sala de reuniões  
2 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em Brasília, Distrito  
3 Federal, reuniu-se para a 76ª Reunião, o CONSELHO CONSULTIVO DO  
4 PATRIMÔNIO CULTURAL, sob a presidência da senhora JUREMA MACHADO,  
5 Presidenta do IPHAN, para deliberação da seguinte Ordem-do Dia: na parte da  
6 **MANHÃ – 1. INFORMES. 1.1.** Informes da Presidência; **1.2-** Aprovação da Ata da 75ª  
7 Reunião do Conselho Consultivo. **1.3.** Informes DEPAM – Deliberação sobre os  
8 encaminhamentos da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. **2.** Proposta de  
9 Registro do bem cultural de Natureza Imaterial, denominado “Carimbó”, no Estado do  
10 Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo: 01450.009510/2008-72. Relatora:  
11 Conselheira Lúcia Hussak Van Velthem. **3.** Propostas de Tombamento: **3.1.** Proc. nº  
12 1548-T-2007- Bens da Imigração – Igreja São Judas Tadeu, em Vargem/SC. Processo:  
13 01450.015271/2007-17. **3.2. TARDE.** Proc. nº 1613-T-2010 – Conjunto das  
14 Fortificações Brasileiras: em Óbidos/PA: Forte da Vila de Óbidos; Forte da Serra da  
15 Escama e Quartel General de Gurjão. Em Rosário/MA: Ruínas do Forte Vera Cruz ou  
16 do Calvário. Em Ladário/MS: Base Fluvial de Ladário. Em Corumbá/MS: Forte  
17 Junqueira; e em Roraima: Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim/RR.  
18 Processo: 01458.003599/2010-16. **3.2. 4.** Propostas de Rerratificação. **4.1.** Proc. nº 423-  
19 T-50 – Fortaleza de São José, em Macapá/AP. Processo: 01458.002957/2010-65. **4.2.**  
20 Proc. nº 155-T-38 – Fortaleza de Santo Antônio, em Rationes, Florianópolis/SC.  
21 Processo: 01458.000297/2011-69. **4.3.** Proc. nº 943-T-76 – Fortaleza de Nossa Senhora  
22 de Araçatuba, Florianópolis/SC. Processo: 01510.000482/2009-57. Estiveram presentes  
23 os seguintes Conselheiros: ÂNGELA GUTIEREZ, ARNO WEHLING, BRENO  
24 BELLO DE ALMEIDA, LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM; LUIZ PHELPE DE  
25 CASTRO ANDRÉS, MARIA CECÍLIA LONDRES FONSECA, NESTOR GOULART  
26 REIS, SYNÉZIO SCOFANO FERNANDES e ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE

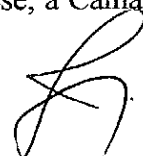
27 MENESES, representantes da sociedade civil; FABIANA OLIVEIRA, representante  
28 suplente do Ministério do Turismo; ÂNGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS,  
29 representante do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; CARLA MARIA CASARA,  
30 representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
31 Renováveis-IBAMA; CARLOS EDUARDO DIAS COMAS, representante do  
32 Ministério da Educação; CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA, representante do  
33 Ministério das Cidades; CRISTIANA NUNES GALVÃO BARRETO, representante da  
34 Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB; EUGÊNIO ÁVILA LINS, representante do  
35 Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS; MARIA DA CONCEIÇÃO  
36 ALVES DE GUIMARAENS, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB;  
37 ROQUE DE BARROS LARAIA, representante da Associação Brasileira de  
38 Antropologia-ABA. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA os conselheiros ÍTALO CAMPO  
39 FIORITO, MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA e MARCOS  
40 CASTRIOTO AZAMBUJA, representantes da sociedade civil. Sem justificativa: LUIZ  
41 VIANA QUEIROZ, representante da sociedade civil. CONVIDADOS: Mônica Regina  
42 Marques Padilha, Superintendente do IPHAN no Estado de Roraima; Liliane Janine  
43 Nizola, Superintendente do IPHAN no Estado de Santa Catarina e Norma Daris Ribeiro,  
44 Superintendente do IPHAN no Estado do Mato Grosso do Sul. Representantes de  
45 Associações ligadas ao Carimbó, no Estado do Pará: Manoel Aguinaldo Farias Pinto e  
46 Mário Martins Canuto – Associação Cultural Japiim, Marapanin; Zuleide Pereira Alves  
47 – Associação Cultura Raízes da Terra, Marapanin; Solange Conceição Monteiro –  
48 Irmandade do Carimbó de S. Benedito, Santarém Novo; Maria Amélia Ribeiro – Grupo  
49 Cruzeirinho/Soure, Região do Marajó; Nivaldo Borges Coelho – Grupo  
50 Pindorama/Ananindeua, Belém. Abertura: A Presidenta JUREMA MACHADO  
51 agradeceu a presença de todos e abriu a 76ª sessão do Conselho Consultivo do  
52 Patrimônio Cultural, com as seguintes palavras: “Esta deve ser a penúltima reunião do  
53 ano, estando prevista mais uma. Quero começar os informes tratando, exatamente dessa  
54 reunião, visando à colaboração de todos tendo em vista que nós elencamos alguns  
55 processos de Tombamento e Registro, essenciais para concluir exitosamente a agenda  
56 de 2014. Para a próxima reunião teremos uma pauta bastante densa e para cumpri-la,  
57 propomos não realizar reuniões das Câmaras Setoriais e fazer a Sessão do Conselho em  
58 dois dias. É uma pauta grande, envolvendo Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material,  
59 parte relacionada a tombamentos de coleções de bens móveis, essenciais do ponto de  
60 vista de segurança dessas coleções. A proposta é o primeiro dia dedicado ao Patrimônio

61 Imaterial e o seguinte para as coleções, assim como para a conclusão do Tombamento  
62 da obra do Oscar Niemeyer, um processo que foi iniciado, mas, como é bastante  
63 extenso, com bens distribuídos por todo o país, não foi concluído. Do ponto de vista dos  
64 bens de coleções, é fundamental, ainda este ano, deliberar sobre o tombamento da  
65 Coleção Geyer, doada ao IPHAN. O Conselheiro Ângelo pode nos dar mais detalhes  
66 sobre este tema. Essa coleção já é de propriedade pública, mas o tombamento será mais  
67 um elemento para sua proteção, essencial para que a coleção, na sua integridade, possa  
68 ir para o Museu Imperial. Ela está destinada ao Museu, mas acredito que como é muito  
69 extensa talvez deva ocupar um edifício a parte”. A pedido da Presidenta, o Conselheiro  
70 Ângelo Oswaldo prestou a seguinte informação: “O casal Paulo e Maria Cecília Geyer  
71 promoveu a doação ao Patrimônio Cultural Brasileiro de sua coleção de obras de arte e  
72 da Casa Geyer, situada no Bairro Cosme Velho no Rio de Janeiro. A casa se presta  
73 muito bem para abrigar um Museu e tem inclusive um parque à sua volta. Nós  
74 criaremos um Museu Casa Geyer, que será mais uma unidade do IBRAM, uma vez que  
75 recebemos não só o imóvel como a coleção, que já está museograficamente muito bem  
76 instalada no interior da casa. Acabamos de proceder à conferência do inventário,  
77 fazendo a comparação entre os bens doados e aqueles encontrados no interior da casa e  
78 não foram localizados cerca de 150 dos 4.500 itens. Em razão da não localização desses  
79 bens, há um processo aberto na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde  
80 procuramos dirimir este conflito da melhor forma por meio da Procuradora Federal  
81 ligada ao IBRAM, o Diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira, age com  
82 serenidade e firmeza no caso e eu o tenho acompanhado pessoalmente, com a certeza de  
83 que conseguiremos abrir o Museu Casa Geyer no ano dos 450 anos da Fundação da  
84 cidade do Rio de Janeiro. Será um presente para o Rio de Janeiro, uma vez que a  
85 Coleção Geyer constitui-se, na sua parte mais interessante, de imagens pintadas,  
86 gravadas ou desenhadas do Rio de Janeiro do Século XIX. Nesse sentido, Presidenta, o  
87 tombamento é fundamental porque ele é uma garantia de proteção tendo em vista esta  
88 polêmica entre os familiares que, a rigor, não são os herdeiros, uma vez que o herdeiro é  
89 o Patrimônio Nacional em razão da doação feita com toda clareza e toda transparência e  
90 sem nenhum questionamento, ainda em vida, do casal. O Tombamento será muito  
91 importante para nos garantir a continuidade do processo, defendendo não só um  
92 Patrimônio Cultural, mas o próprio Patrimônio da União, uma vez que se trata de bem  
93 pertencente, hoje, à União Federal”. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro e antes de  
94 prosseguir, apresentou o novo Procurador-Geral, Chefe da Procuradoria Federal para o

95 IPHAN, Doutor Ronaldo Gallo, substituto do Doutor Geraldo de Azevedo Maia Neto  
96 que se afastou para um período de formação fora do Brasil. Disse, ainda, que o Doutor  
97 Ronaldo vem com muitas recomendações, muita expectativa para atender à  
98 Procuradoria-Geral do IPHAN e que acompanhará as reuniões do Conselho. Em  
99 seguida prosseguiu nos informes: “Temos também a previsão de dois tombamentos da  
100 obra do Aleijadinho, também de bens móveis. Além da importância da proteção dos  
101 bens, o Tombamento também será importante no contexto da judicialização da  
102 propriedade desses bens, especialmente neste ano em que se comemoram os 200 anos  
103 da morte do Aleijadinho”. Relatou que surgiu recentemente uma série de atribuições de  
104 obras à autoria de Aleijadinho, inclusive, parte delas integraram uma grande exposição  
105 que circulou pelo País, e que isso vem suscitando polêmica, diante da inadequação já  
106 demonstrada dessas atribuições. Diante desse episódio e da necessidade de que o  
107 IPHAN retome os estudos sobre a obra de Aleijadinho, estudos estes que liderou  
108 durante muitos anos, IBRAM e IPHAN publicaram Portaria conjunta, criando uma  
109 pequena, mas muito qualificada Comissão, que trabalhará na proposição de  
110 metodologias de reconhecimento e na consolidação da base histórica das informações  
111 sobre a obra. Uma das primeiras sugestões da Comissão foi trazer, para o Conselho, o  
112 tombamento da Coleção de Bustos Relicários do Aleijadinho e do conjunto da  
113 Samaritana em Ouro Preto. O Conselheiro Ângelo Oswaldo complementou as  
114 informações da Presidenta, informando o seguinte: “Esta é uma questão que o IPHAN  
115 colocou em pauta desde a sua criação. Rodrigo Melo de Andrade havia priorizado este  
116 tema. Tivemos grandes especialistas na casa que se debruçaram sobre a obra do  
117 Aleijadinho e, hoje, corremos o risco de perder este conhecimento, de não ter mais  
118 como consolidar, armazenar, reunir, convocar, suscitar novas manifestações do ponto de  
119 vista estético, historiográfico, crítico e científico sobre a obra do Aleijadinho. É,  
120 portanto, nesse sentido, que esta Comissão é muito importante. Nós temos também duas  
121 obras, que são fundamentais no contexto das realizações de Antônio Francisco Lisboa, o  
122 Aleijadinho, como escultor e é fundamental que elas sejam tombadas. Primeiro, porque  
123 toda obra do Aleijadinho, como tal identificada, tem sido objeto de tombamento pelo  
124 IPHAN. Depois, porque nós temos um conjunto de quatro Bustos Relicários e apenas  
125 três estavam no Museu Aleijadinho em Ouro Preto, ou seja, no interior da Matriz da  
126 Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Um quarto busto foi identificado em São  
127 Paulo e reconhecido como tal, integrante desta Coleção de quatro. A Polícia Federal,  
128 com o apoio do Ministério Público, resgatou este Busto que está, hoje, em Ouro Preto.

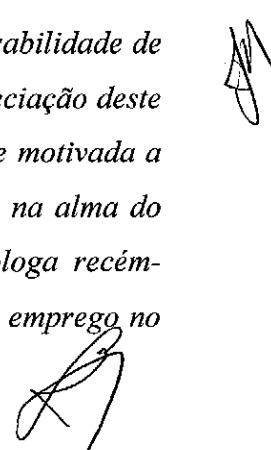
129 Há um processo sobre isto correndo na Justiça e o tombamento será decisivo para que  
130 esta peça possa permanecer junto às outras três e no Museu Aleijadinho, na Matriz de  
131 Antônio Dias, onde o artista foi sepultado no dia 18 de novembro de 1814, daí, estarmos  
132 comemorando o bicentenário. A outra imagem é uma escultura em pedra, de um tipo  
133 diferenciado de pedra sabão, mais rígida. É o busto de Samaritana, que estava em Ouro  
134 Preto na Casa das Lajes. Deveria ter pertencido a uma casa na Rua Direita porque há ali  
135 uma peanha onde está escrito “Água de Samaritana”. Ela também foi localizada em uma  
136 coleção particular e o Ministério Público entendeu que ela deveria voltar para Ouro  
137 Preto. Hoje, está lá sob a guarda do Museu da Inconfidência na expectativa da definição  
138 desta contenda jurídica, mas, com a firme disposição do Ministério Público de obter a  
139 decisão final de que ela deva permanecer em Ouro Preto ou no Museu da Inconfidência  
140 ou neste local de origem, na sua peanha Água de Samaritana. Para isto, é  
141 importantíssimo e indispensável, o tombamento federal, que será o reconhecimento da  
142 peça e a garantia de que ela possa ser reconduzida ao seu local de origem”. Reafirmando  
143 que toda essa agenda tem que ser cumprida até o final do ano, a Presidenta apresentou  
144 ao Conselho a síntese da pauta: duas obras de Aleijadinho; a Coleção do Museu de Arte  
145 e Ofícios-MAO, de Belo Horizonte; a Coleção Geyer; o conjunto da obra do Niemeyer  
146 e, do lado do Patrimônio Imaterial, Tava Mirim de São Miguel Arcanjo, nas Missões;  
147 três dossiês que foram preparados com o apoio do Governo de Pernambuco: Maracatu  
148 Nação, Maracatu Rural e o Cavalo-marinho; e ainda, o Teatro Popular de Bonecos e as  
149 Cuias de Santarém. Por fim, conclamou os Conselheiros para apoiar nas relatorias,  
150 visando o sucesso da reunião. Antes de passar para o próximo informe, apresentou ao  
151 Conselho, o arquiteto Juan Luis Isaza, Diretor de Patrimônio da Colômbia. Registrou  
152 que a Colômbia é um país com o qual o IPHAN tem excepcional cooperação técnica. O  
153 Senhor Juan Luis veio acompanhar o final da missão de técnicos colombianos que  
154 acabavam de concluir duas semanas de trabalho intenso no IPHAN. A Presidenta  
155 passou a palavra ao Senhor Juan Luis que assim se expressou: “Bom dia! Em primeiro  
156 lugar, eu quero agradecer as generosas palavras da Presidenta do IPHAN, a Senhora  
157 Jurema Machado. Quero também lhes transmitir cordiais saudações em nome da  
158 Senhora Ministra da Cultura da Colômbia, Mariana Garcés Córdoba, que está muito  
159 feliz com toda esta experiência de intercâmbio a que chegamos no dia de hoje e que  
160 chegaremos também pelos próximos dias, tanto aqui no Brasil como na Colômbia. De  
161 verdade, é um gosto, um prazer enorme poder assistir hoje a esta sessão,  
162 importantíssima. Nós temos também um corpo assessor colegiado, muito similar a esta

163 Câmara, que é nosso Conselho de Patrimônio Cultural. Também nossos colegas do  
164 Brasil, terão a oportunidade de assistir à próxima sessão, que se realizará em Bogotá na  
165 próxima sexta-feira. É, de verdade, com muita gratidão e com muito prazer, é muito  
166 emocionante poder assistir na condição de observador uma sessão como esta. Muito  
167 obrigado!”. Em seguida, a Presidenta registrou a presença, como convidados, de um  
168 grupo de praticantes do Carimbó que vieram acompanhar a análise e a deliberação do  
169 Conselho sobre o Registro dessa expressão cultural. Retomou os informes, mas antes  
170 avisou que prosseguiria correndo o risco de ter que interromper em algum momento  
171 porque a reunião estava sendo transmitida ao vivo em videoconferência para Belém,  
172 onde a Ministra Marta Suplicy iria se juntar ao grupo que a estava assistindo, e como  
173 não se sabia em que momento exato ela chegaria, poderia ser necessário algum ajuste  
174 para conciliar com a agenda dela. Passou então a informar sobre a Marina da Glória,  
175 relatando os desdobramentos ocorridos após última reunião de Câmara e Conselho:  
176 “Conforme foi deliberado neste Conselho, caberia à Câmara produzir um conjunto de  
177 diretrizes, para que a concessionária e o município do Rio de Janeiro desenvolvessem o  
178 projeto. Após reunião no Rio, onde foram consolidadas as diretrizes, contando com os  
179 membros da Câmara Técnica, do DEPAM e da Superintendência do Rio de Janeiro, a  
180 empresa recebeu as diretrizes e trabalhou no desenvolvimento de um projeto, agora  
181 concluído e submetido ao Instituto de Rio Patrimônio da Humanidade e ao Conselho  
182 Municipal, que o aprovou e encaminhou para análise do IPHAN. A solução proposta  
183 preserva a construção original do arquiteto Amaro Machado e acrescenta outras áreas,  
184 mas tendo como foco essencialmente o esporte náutico. A Superintendência do Rio de  
185 Janeiro solicita mais uma reunião com a Câmara Técnica, para que se possa proceder a  
186 uma análise, em conjunto. Em breve, convidaremos a Câmara de Arquitetura para que  
187 nos apoie na análise do projeto. O Conselheiro Ítalo Campofiorito não pôde comparecer  
188 hoje à nossa reunião, apesar de estar agendado, porque ele também é conselheiro de  
189 Patrimônio do Município do Rio de Janeiro e necessitou permanecer lá em razão de  
190 outro processo em que ele é peça fundamental, assim como neste da Marina. O  
191 Conselheiro telefonou para o Andrey Schlee, Diretor do DEPAM, para informar que  
192 participou da análise do Projeto da Marina no âmbito Municipal e que tinha ficado  
193 muito satisfeito com a solução que foi dada, defendendo e votando favoravelmente por  
194 entender que estamos muito próximos de uma solução. Digo isto para mantê-los  
195 informados, mas também para tranquilizar os Conselheiros, de forma a evitar que os  
196 senhores sejam abordados com informações desencontradas. Em síntese, a Câmara terá

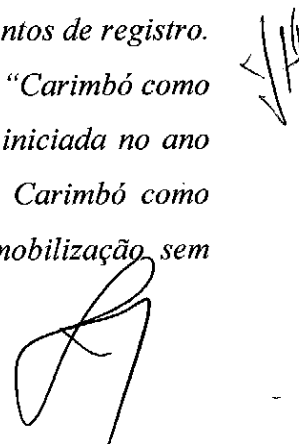


197 o tempo necessário para análise, lembrando apenas que devemos concluí-la até outubro.  
198 A Marina foi recentemente utilizada em um evento-teste das Olimpíadas e será usada  
199 nos Jogos Olímpicos, o que certamente imporá que este projeto tenha uma implantação  
200 parcelada, com parte das intervenções feitas antes, e outras depois, em função da  
201 intensidade do uso ali durante os jogos”. Terminados os Informes, a Presidenta registrou  
202 a feliz coincidência de estar ocorrendo, nesses dias, a terceira doação feita pelo Instituto  
203 Flávio Gutierrez, de um acervo para o IPHAN. “Trata-se da Coleção de Sant’Anas,  
204 organizada pela Ângela Gutierrez, nossa Conselheira e Presidente do Instituto. É uma  
205 coleção composta por 291 Sant’Anas que estão sendo, formalmente, doadas ao IPHAN  
206 e que comporão o Museu das Sant’Anas, que será inaugurado em Tiradentes na próxima  
207 semana. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recebe do  
208 Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), no próximo dia 19 de setembro, a Escritura  
209 Pública de Doação com Reserva de Usufruto ao ICFG – pelo decurso de trinta anos – de  
210 291 imagens devocionais de Sant’Ana, produzidas entre os séculos XVII e XX. A  
211 assinatura dos Termos de Doação acontecerá na solenidade de inauguração do Museu de  
212 Sant’Ana, construído no antigo edifício da cadeia pública da cidade de Tiradentes, que  
213 abrigará todo o acervo. Considero muito importante fazer este Registro, aqui no  
214 Conselho, dada a excepcionalidade deste comportamento, ou seja, de um colecionador  
215 privado destinar à propriedade pública um conjunto de peças tão relevância lhes confere  
216 uma dimensão pública”, concluiu a Presidenta. A palavra foi dada à Conselheira Ângela  
217 Gutierrez que, por sua vez, expressou seu agradecimento: “Obrigada, Jurema, pelas  
218 palavras generosas. Como você falou fiz a doação das outras Coleções também, o que  
219 eu espero é que esta prática seja cada vez mais frequente no País, que as pessoas que  
220 colecionaram e passaram a vida resgatando Patrimônio, este Patrimônio brasileiro, que  
221 foi ao longo de anos e anos tão maltratado, tão descuidado. entendam a abrangência e a  
222 importância da doação e que o façam enquanto vivos e com documentação totalmente  
223 clara e transparente para que, depois, não se tenha tanto problema como em alguns  
224 casos que acontecem por aí como a gente sabe. Acho que doar não dói, ressaltou Ângela  
225 Gutierrez . Esta é a mensagem que eu tenho tentado passar. Obrigada, Presidenta, pelas  
226 palavras”. Em seguida, o Conselheiro Breno Bello de Almeida Neves, pediu que se  
227 prestasse homenagem ao gesto da Conselheira Ângela pela luta que ela teve durante  
228 muitos anos para que este Museu saísse. A Conselheira recebeu muitas palmas do  
229 Conselho pela decisão histórica. Antes de passar para a apresentação do parecer sobre o  
230 Registro do Carimbó, a Presidenta pediu para dar um último informe que não havia

231 registrado, da Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino: “Nós  
232 tivemos esta semana a reunião da Comissão da Diversidade Linguística, que não é a  
233 mesma Câmara nossa que funciona, pois, ela envolve outros Ministérios e foram três  
234 línguas reconhecidas como Referência Cultural do Brasil conforme a normativa que  
235 rege o tema das Línguas, que não é, exatamente, a mesma do Registro, que é o Mbya  
236 Guarani, o Talian lá do Rio Grande do Sul e o Açurini também língua indígena. É um  
237 trabalho que se consolida com muita força. Além do reconhecimento, o IPHAN financia  
238 os Inventários de diversidade linguística com Editais já publicados e em andamento  
239 pelo País”. Em seguida, a Presidenta passou ao segundo ponto da pauta, a aprovação da  
240 Ata da 75ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 11 de setembro de 2014. Por  
241 unanimidade a Ata foi aprovada. Após a aprovação, entrou-se no terceiro ponto da  
242 pauta, **Proposta de Registro do bem cultural de Natureza Imaterial, denominado**  
243 **“Carimbó”, no Estado do Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo:**  
244 **01450.009510/2008-72. Relatora: Conselheira Lúcia Hussak Van Velthem.** Antes de  
245 passar à relatoria da nossa Conselheira, a Presidenta Jurema Machado anunciou a  
246 presença da Ministra Marta Suplicy junto à Superintendente Doroteia na  
247 Superintendência do IPHAN no Pará. Destacou que foi considerado fazer esta reunião  
248 no Pará tamanha a expectativa dos grupos de Carimbó de todo o Estado, mas, dadas as  
249 dificuldades de fazer este deslocamento e uma série de outros compromissos já com as  
250 reuniões das Câmaras Setoriais não foi possível realizar. Precedendo o relato foi  
251 apresentado vídeo sobre o Carimbó, com entrevistas com participantes e historiadores.  
252 A palavra, então foi dada à Relatora *“Proposta de Registro do Carimbó, no Estado do*  
253 *Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil, com inscrição no Livro das Formas de*  
254 *Expressão. Processo: 01450.009510/2008-72. Ao findar o primeiro semestre do*  
255 *presente ano recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Jurema Machado, através da*  
256 *diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, a tarefa de*  
257 *examinar e opinar a respeito do processo de registro do Carimbó, como relevante*  
258 *forma de expressão da cultura brasileira no Estado do Pará. A satisfação resultante*  
259 *dessa escolha e a honraria a mim atribuída associam-se a imensa responsabilidade de*  
260 *que se reveste a missão de preparar o parecer final e de submetê-lo à apreciação deste*  
261 *Conselho Consultivo. Entretanto, e por outro lado, sinto-me extremamente motivada a*  
262 *fazê-lo porque se trata de um assunto que está profundamente enraizado na alma do*  
263 *povo paraense e porque este mesmo povo acolheu, em 1973, a museóloga recém-*  
264 *formada que buscava outras vivências. Na ocasião encontrei amigos e um emprego no*



265 *Museu Paraense Emílio Goeldi que me conduziu aos estudos de antropologia, a*  
266 *curadoria da Coleção Etnográfica e, anos depois à direção do Museu de Arte de Belém.*  
267 *Contudo, para uma filha de imigrantes europeus o aprendizado do “ser paraense” foi*  
268 *longo e cheio de percalços e, evidentemente, não concluído. Em 2013, este Conselho*  
269 *Consultivo acolheu o pedido de Registro das Festas do Glorioso São Sebastião que*  
270 *ocorrem na Ilha do Marajó, Estado do Pará. Anos antes, a festa máxima dos paraenses,*  
271 *o Círio de Nazaré foi inscrito no Livro das Celebrações. Agora é submetido o Carimbó,*  
272 *originário deste mesmo Estado. Esses processos revelam a riqueza e a diversidade das*  
273 *manifestações festivas de cunho religioso e lúdico do Pará, as quais não se limitam aos*  
274 *bens mencionados. Podem ainda ser identificados os festejos do Çairé de Santarém, o*  
275 *Boi de Máscaras de São Caetano de Odivelas, o Siriá de Cametá, os Cordões de*  
276 *Pássaros de Belém, a Marujada de Bragança. Outros bens patrimoniais que ocorrem*  
277 *neste Estado remetem aos sistemas gráficos, aos rituais, aos diversificados saberes de*  
278 *povos indígenas: Wayana, Assurini, Arawaeté, Tiriyo, Mëbengokre. Estes bens, como*  
279 *aqueles, aguardam, certamente, a oportunidade de serem reconhecidos e valorizados.*  
280 *Origem e Andamento do pedido. A documentação recebida está representada por*  
281 *grande número de documentos textuais, de listas de abaixo-assinados, de mapas, de*  
282 *matérias jornalísticas e de divulgação, de registros fotográficos, de materiais*  
283 *audiovisuais. Indexados conforme as normas favorecem as condições para a realização*  
284 *de futuras pesquisas, assim como disponibiliza ao IPHAN as referências necessárias ao*  
285 *monitoramento do bem registrado. Destaca-se que a vasta informação encontrada no*  
286 *dossiê constitui um excelente trabalho para a necessária comprovação do valor*  
287 *cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista*  
288 *cultural, artístico, histórico, étnico, antropológico e social. O processo de registro do*  
289 *Carimbó como Patrimônio Imaterial do Brasil teve início com o estabelecimento do*  
290 *diálogo entre a Irmandade de Carimbó de São Benedito e a Superintendência Regional*  
291 *do IPHAN Para/Amapá. Assim, em 2005, o seminário “Carimbó e identidade cultural*  
292 *popular na Amazônia”, realizado no quadro do Festival de Santarém Novo contou com*  
293 *a participação de uma representante do IPHAN para apresentar do Programa*  
294 *Nacional de Patrimônio Imaterial e as informações sobre os procedimentos de registro.*  
295 *No Festival de 2006, também ocorrido em Santarém Novo, o seminário “Carimbó como*  
296 *Patrimônio Cultural do Brasil” o IPHAN deu sequência a discussão iniciada no ano*  
297 *anterior. O resultado foi à criação da “Campanha pelo registro do Carimbó como*  
298 *Patrimônio Cultural Brasileiro”. Esta Campanha representa uma mobilização sem*



299 *precedentes que congrega entidades e grupos culturais e procura sensibilizar a*  
300 *sociedade em geral para a importância do Registro para os mestres e grupos de*  
301 *Carimbó. A documentação referente aos propósitos e ações desta campanha é*  
302 *abundante no processo e engloba ainda as programações dos festivais de Carimbó de*  
303 *Santarém Novo. As cópias dos abaixo-assinados contêm 866 assinaturas revelando*  
304 *expressivo número de adesões à “Carta-Manifesto pelo Registro do Carimbó como*  
305 *Patrimônio Cultural do Brasil” e à “Moção Pública e Manifesto”, esta última*  
306 *resultante da Primeira Conferência Estadual de Cultura do Pará, ocorrida em 2007 em*  
307 *Belém. O pedido formal de instauração de processo para o registro do Carimbó na*  
308 *categoria “Formas de Expressão” foi encaminhado ao então Presidente do IPHAN em*  
309 *28 de dezembro de 2007. Esta missiva é assinada por representantes da Prefeitura de*  
310 *Santarém Novo, da Irmandade de Carimbó de São Benedito, da Associação Cultural*  
311 *Japiim, da Associação Cultural Raízes da Terra e da Associação Cultural Uirapurú.*  
312 *Este pedido é acompanhado de documentos textuais e audiovisuais que descrevem o*  
313 *bem cultural e aponta o histórico, os bens associados e as justificativas para o seu*  
314 *registro. Em março de 2008, a Superintendente Regional do IPHAN no Pará e Amapá,*  
315 *Maria Dorotéia de Lima encaminha ao Presidente do IPHAN o processo administrativo*  
316 *de solicitação de registro do Carimbó, informando que a documentação apresentada*  
317 *atende aos pré-requisitos estabelecidos pela legislação pertinente para os processos de*  
318 *registro. Neste mesmo ano, o IPHAN elaborou um Plano de Ação e destinou recursos*  
319 *para a abertura e instrução do processo de registro do Carimbó. Em 06 de maio de*  
320 *2008, a Prefeitura Municipal de Santarém Novo, a Irmandade de Carimbó de São*  
321 *Benedito e as demais associações encaminham manifestação ao Ministro da Cultura*  
322 *solicitando seu apoio para a instauração de processo para o registro do “Carimbó –*  
323 *gênero musical tradicional do Estado do Pará” - como patrimônio cultural brasileiro.*  
324 *O Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais*  
325 *(INRC/Carimbó) no Estado do Pará coordenado pela a Superintendência Regional do*  
326 *IPHAN no Pará e Amapá teve início em 2009. Este levantamento estendeu-se até 2010*  
327 *e abarcou 32 municípios e 107 localidades que representam áreas de incidência*  
328 *histórica da manifestação cultural do Carimbó. Na Microrregião do Salgado Paraense*  
329 *o Levantamento Preliminar estendeu-se a onze municípios; na Microrregião Cametá e*  
330 *Entorno, a sete municípios e na Mesorregião Metropolitana de Belém, além da capital*  
331 *do Estado, outros dez municípios foram inventariados. Os levantamentos do INRC para*  
332 *a Mesorregião Marajó foram realizados entre 2004 e 2007 e constatou-se que há*



333 conjuntos de Carimbó em atividade em todos os dezesseis municípios da região. Em  
334 2011 a segunda etapa deste Inventário concentrou-se em três municípios do Marajó. O  
335 documento protocolar administrativo de 11 de abril de 2008, assinado pela Diretora do  
336 DPI/IPHAN, encaminha o processo à Gerência de Registro. O exame desse material  
337 resultou na Nota Técnica n. 08/2009 de autoria de Luciana Luz cuja conclusão enfatiza  
338 que “o pedido de Registro do Carimbó se justifica pelo fato de ser necessário ampliar o  
339 conhecimento e o reconhecimento de manifestações que atualmente não possuem  
340 registro outro que não o de seus mestres e produtores”. O mesmo processo foi objeto  
341 de análise pelos membros da Câmara do Patrimônio Imaterial em sua décima quarta  
342 reunião, realizada em 06 de agosto de 2009. Na ocasião, o pedido de registro do  
343 Carimbó foi considerado pertinente. Em 11 de Abril de 2012, a Indicação Parlamentar  
344 número 2783 de autoria do deputado Miriquinho Batista é encaminhada à Ministra da  
345 Cultura. O texto manifesta interesse pelo Registro do Carimbó e solicita providências  
346 ao IPHAN “para a inclusão do Carimbó no “Livro das Formas de Expressão”,  
347 registrando-o como bem de natureza imaterial”. Desta solicitação decorreu o Parecer  
348 14/2012 de autoria de Luciana Luz, que conclui que o IPHAN não tem “nada a opor  
349 com relação à Indicação do Deputado, tendo em vista que sua sugestão já está sendo  
350 executada por este Instituto”. Em 30 de Outubro de 2013, a Superintendente Regional  
351 do IPHAN Pará e Amapá encaminha à Diretoria do Departamento de Patrimônio  
352 Imaterial o “Dossiê de Registro do Carimbó” no Estado do Pará e, em 14 de Julho de  
353 2014 de materiais audiovisuais para inclusão no processo de registro do Carimbó e  
354 submissão à avaliação da Coordenação de Registro. Nesta documentação está incluída  
355 a nota técnica número 28/2014 de autoria de Larissa de Almeida Guimarães e Lorena  
356 Mendes, do IPHAN Pará/Amapá que destacam o fato do “Carimbó representar uma  
357 forma de expressão de grande referência regional e nacional, tendo os seus detentores  
358 assumido um papel primordial na luta pela manutenção e sobrevivência desta  
359 expressão cultural e, especialmente, nas articulações em prol do reconhecimento do  
360 Carimbó como Patrimônio Cultural do Brasil”. Desde 1º de Julho de 2014 passou a  
361 constar no processo o relatório da “Ação de salvaguarda emergencial da flauta  
362 artesanal do Carimbó”. Esta ação foi executada pela Superintendência do IPHAN  
363 Pará/Amapá em parceria com o Instituto de Artes do Pará (IAP) e visou estimular a  
364 transmissão de conhecimentos dos mestres flautistas. O parecer número 47/2014 de  
365 autoria da antropóloga Sara Santos Moraes, foi encaminhado em 17 de Julho de 2014 à  
366 Coordenadoria Geral de Identificação e Registro. As conclusões ressaltam que o



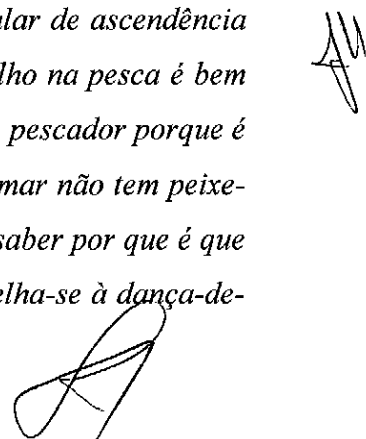
367 *“Carimbó constitui referência cultural para os sujeitos carimbozeiros e apresenta*  
368 *relevância para a memória e formação da sociedade brasileira, por constituir*  
369 *importante referência cultural para diversos grupos que contribuem para a construção*  
370 *de uma narrativa da nacionalidade”. Em 31 de Julho de 2014 o processo teve a*  
371 *inclusão de documentação complementar relativa às associações, encaminhada pela*  
372 *Diretoria do DPI-IPHAN. Na sequência seguiu os trâmites regulamentares e assim foi*  
373 *enviado à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para publicação de Aviso e de*  
374 *Comunicado no Diário Oficial da União, o que ocorreu em 11 de Agosto de 2014.*  
375 *Finalmente foi designada esta Conselheira para a elaboração do presente parecer.*  
376 *Caracterização do Carimbó. O carimbó é um instrumento musical de percussão, mas a*  
377 *manifestação Carimbó é também poesia, é música, é dança, é celebração e festa, é*  
378 *indumentária. O Carimbó não é movido pela singularidade, mas sim pela diversidade,*  
379 *pela variedade de nuances e de motivações. A documentação constante no processo*  
380 *destaca que o Carimbó é uma das mais antigas e significativas manifestações culturais*  
381 *que ocorrem na região amazônica e representa um fundamental elemento da identidade*  
382 *do povo paraense, abrangendo diferentes camadas sociais, domínios e*  
383 *territorialidades. O Carimbó compreende um universo simbólico diversificado que*  
384 *configura e permeia religiosidades, ludicidades e sociabilidades que incidem em*  
385 *práticas musicais, em coreografias coletivas e individuais, em referências estéticas*  
386 *relacionadas ao vestuário. O entendimento da importância do bem implica na*  
387 *compreensão da forma como as ocorrências passaram a ser analisadas, em vários*  
388 *lugares do Estado do Pará, das manifestações do Carimbó. A distribuição geográfica*  
389 *do Carimbó conecta-se historicamente ao povoamento da costa litorânea do Norte do*  
390 *Brasil, que adentra o delta do Rio Amazonas. Segundo o conhecido historiador Vicente*  
391 *Salles (1969) há várias informações sobre a ocorrência do Carimbó, e o Município de*  
392 *Vigia seria um dos “celeiros” desta manifestação. Segundo a documentação, nesta*  
393 *cidade está sediado o mais antigo grupo de Carimbó em atividade. Denominado “Os*  
394 *Tapaióaras”, existe há mais de 115 anos. No Estado do Pará os conjuntos de Carimbó*  
395 *ocorrem em uma área relativamente vasta que corresponde à Microrregião do Salgado*  
396 *Paraense, Mesorregião Metropolitana de Belém, Microrregião Cametá, Mesorregião*  
397 *Marajó, Baixo Tocantins. Há referências que teria se espalhado por outras regiões do*  
398 *Estado, como o município de Santarém. A manifestação ocorre em lugarejos, agrovilas*  
399 *e ilhas, além das respectivas sedes municipais e são proeminentes e referenciais em*  
400 *algumas cidades, tais como Santarém Novo, Curuçá, Vigia, Cametá, Irituia,*



401 *Marapanim, Maracanã, Quatipuru, Igarapé Mirim, Soure, Cachoeira do Arari e Belém.*  
402 *Em seu registro tradicional e interiorano o Carimbó associa-se aos festejos de santos,*  
403 *sobretudo de São Benedito, dos Santos Reis e de São Sebastião. Neste sentido se*  
404 *enquadraria como uma “Festa de Santo”, cuja origem remonta aos tempos coloniais e*  
405 *aos cultos religiosos católicos conduzidos por escravos de origem africana,*  
406 *desvinculados da presença da diocese. É na cidade de Santarém Novo na Região do*  
407 *Salgado que essa associação se apresenta mais evidente. Nesta cidade, de 21 a 31 de*  
408 *dezembro ocorre a “Festividade de Carimbó de São Benedito”, realizada há mais de*  
409 *cem anos pela Irmandade do Glorioso São Benedito, ocasião em que a “devoção*  
410 *popular a São Benedito une a reza da ladainha com o baque dos tambores e as danças*  
411 *centenárias” segundo a documentação do processo. As “Festas de Santo” possuem, na*  
412 *Amazônia, itinerários e contornos coincidentes, e incluem a esmolação, as alvoradas, a*  
413 *levantação e derrubação do mastro do santo, o arraial, as novenas e ladainhas, o*  
414 *barracão e a divisão hierárquica dos participantes. Estas festividades incluem também*  
415 *a distribuição de bebidas e comidas específicas que, no caso do Carimbó, ainda estão*  
416 *preservadas em algumas localidades. Entre as bebidas sobressai a gengibirra,*  
417 *composta de cachaça e gengibre, e nas comidas, um pequeno beiju de mandioca, o*  
418 *beiju-chica, servido com café. O Carimbó também se manifesta em outras*  
419 *circunstâncias e espaços como aniversários e confraternizações, em bares e*  
420 *residências. Segundo alguns depoimentos, antigamente o Carimbó era “festa de preto”.*  
421 *Assim, de acordo com o Dossiê não são incomuns as afirmações que essa manifestação*  
422 *teria sua origem aos lugarejos historicamente ocupados por quilombolas nas cidades*  
423 *de Vigia, Marapanim, Curuçá, Maracanã. Presentemente não é possível reconstruir*  
424 *uma história linear desta manifestação, inclusive porque as fontes documentais são*  
425 *escassas. Entretanto, certos documentos do século XIX, mencionados por Vicente Salles*  
426 *(1969), registram a proibição do toque do “tambor, corimbo ou qualquer instrumento*  
427 *que perturbe o sossego durante a noite”. Apresentado como resultado de influências*  
428 *culturais oriundas de populações negras, indígenas e européias, o Carimbó pode ser*  
429 *caracterizado como mais uma referência cultural que sintetiza a diversidade étnica*  
430 *formadora da sociedade brasileira. A maior contribuição adviria dos primeiros, tanto*  
431 *na expressão corporal das danças, como pelo ritmo da batida dos tambores – os*  
432 *carimbós - que teve seu andamento acelerado, passando a vibrar como uma espécie de*  
433 *variante do batuque africano. Os Tupinambá, povo indígena que habitava a costa*  
434 *paraense, ou talvez os Aruã da Ilha do Marajó, teriam sido os responsáveis por nomear*



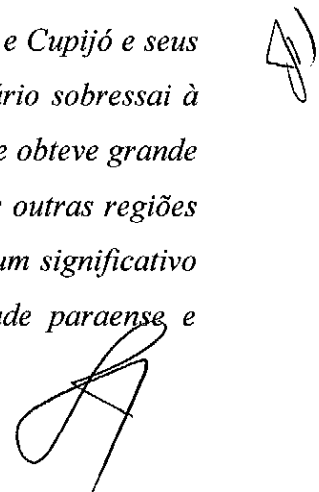
435 *este instrumento de percussão. Contribuíram com dois instrumentos musicais, o maraká*  
436 *e a flauta. O Carimbó teria sofrido também influencia dos colonizadores europeus que*  
437 *acrescentaram traços da expressão corporal e do estalar dos dedos, característicos das*  
438 *danças portuguesas. Retraçar a história do Carimbó no Pará significa também trilhar*  
439 *os caminhos das múltiplas referências de memória dos sujeitos que dançam, cantam,*  
440 *tocam e constroem os instrumentos musicais, memórias essas que são reconhecidas*  
441 *pelo grupo social, reforçando sua coesão e identidade. Neste sentido, os inúmeros*  
442 *Mestres de Carimbó – do passado e do presente - constituem figuras centrais no*  
443 *processo de preservação desta manifestação ao longo do tempo, sendo responsáveis*  
444 *pela sua transmissão e disseminação de suas composições. Estes mestres integram um*  
445 *universo predominantemente masculino que congrega pescadores, agricultores,*  
446 *pedreiros, carpinteiros, catadores de caranguejo que se tornaram conhecidos como*  
447 *tocadores e artesãos especializados na fabricação de determinados instrumentos*  
448 *musicais: flautas, banjos e os tambores de carimbo, compositores e cantores. O*  
449 *Carimbó embora seja concebido enquanto um gênero musical específico compõe-se na*  
450 *realidade de um conjunto de práticas e relações sociais, artísticas e simbólicas que*  
451 *englobam contornos rítmicos, estilísticos e coreográficos, na qual está embutida uma*  
452 *dimensão festiva que fornece suporte à manutenção dessa manifestação cultural. A*  
453 *temática das letras das canções remete a elementos da flora e da fauna da região de*  
454 *onde procedem, e assim é frequente a classificação dessas músicas como “cantos*  
455 *ecológicos”. A fonte de inspiração está na vida social do trabalho cotidiano,*  
456 *principalmente da pesca artesanal e da agricultura, mas outros temas também são*  
457 *tratados: relações amorosas, política, nostalgia, ufanismos, lendas, sátiras. Foram*  
458 *identificados dois tipos de construção das estrofes nas músicas de carimbó. Uma delas*  
459 *possui uma estrutura conhecida como “chamado/resposta”, com versos curtos,*  
460 *repetitivos e cíclicos e que possui larga distribuição, sendo encontrada em todos os*  
461 *municípios pesquisados. A segunda consiste na introdução de frases por um solista,*  
462 *muitas vezes improvisadas, complementadas pelo coro que se repete. As duas*  
463 *modalidades constituem características irredutíveis da música popular de ascendência*  
464 *africana. A temática que entrelaça os elementos da fauna e o trabalho na pesca é bem*  
465 *exemplificada nas conhecidas estrofes de Mestre Lucindo: Pescador, pescador porque é*  
466 *que no mar não tem jacaré, Pescador, pescador, porque foi que no mar não tem peixe-*  
467 *boi, Eu quero saber a razão que no mar não tem tubarão, Eu quero saber por que é que*  
468 *no mar não tem jacaré. A coreografia da dança do Carimbó assemelha-se à dança-de-*



469 *roda, onde homens e mulheres evoluem soltos, acompanhando o ritmo da música. Os*  
470 *pares giram continuamente em torno de si mesmos, ao mesmo tempo em que formam*  
471 *um grande círculo que gira em sentido contrário aos ponteiros do relógio; o homem*  
472 *corteja seu par e orienta a evolução dos passos. Os gestos dos dançarinos*  
473 *compreendem movimentos com o corpo curvado para frente, marcando*  
474 *acentuadamente o ritmo vibrante. Em determinado momento, um casal de dançadores*  
475 *desloca-se para o centro para executar uma conhecida e famosa dança, a do "Peru do*  
476 *Atalaia", que retrata os movimentos desta ave e ao mesmo tempo proporciona "o jogo*  
477 *do desafio", protagonizado pelo casal. Possui variações, pois é executada de modo*  
478 *diferenciado em Quatipuru, Santarém Novo, Belém. Outras danças particularizadas*  
479 *são as da "Pomba com o Gavião" que encena uma briga entre as duas aves e a da*  
480 *"Onça" que recorda uma caçada onde se enfrentam o cachorro e a onça. Os*  
481 *dançarinos apresentam-se geralmente descalços. As mulheres usam saias rodadas e*  
482 *coloridas, estampadas ou lisas e blusas brancas de cambraia. Adornam-se com*  
483 *pulseiras, colares, anéis. Os cabelos podem ser ornamentados com flores artificiais ou*  
484 *naturais: rosas ou jasmim de Santo Antônio. Os homens apresentam-se com calças de*  
485 *tecido e camisas com estampas floridas, além de um lenço vermelho no pescoço. Em*  
486 *Santarém Novo, os homens vestem terno e gravata e este traje, assim como a saia*  
487 *rodada e a blusa rendada das mulheres é a condição para a participação nas danças.*  
488 *Nesta localidade, esses trajes atuam enquanto instrumentos de legitimação de*  
489 *identidade. Os instrumentos musicais artesanais constituem parte indissociável da*  
490 *definição do que se entende pela expressão cultural do Carimbó. O instrumento de*  
491 *percussão, referido justamente como carimbó (curimbó) representa a principal*  
492 *referência. A sonoridade e a maneira como é executado define ritmicamente esta*  
493 *manifestação, apresentando contornos das tradições musicais de ascendência africana,*  
494 *tais como o maracatu, o jongo, o tambor de crioula. Os primeiros registros*  
495 *documentais sobre o instrumento carimbó, entre os quais Vicente Chermont de*  
496 *Miranda (1906), refere-se a este termo para identificar "um instrumento musical com o*  
497 *qual se executavam os batuques". Posteriormente, supõem-se, a designação do tambor*  
498 *também foi estendida à dança. O acompanhamento da dança do carimbó tem,*  
499 *obrigatoriamente, dois ou três tambores com dimensões diferentes para se conseguir*  
500 *contraste sonoro. O que possui o timbre mais grave faz a marcação e os menos graves*  
501 *os repiniques e outros fraseados. Para sua execução, o instrumento é deitado sobre um*  
502 *pequeno apoio e o batedor de carimbó senta-se sobre o mesmo, utilizando as palmas*



503 *das mãos para executar o ritmo adequado. A confecção deste instrumento musical é do*  
504 *armador, um artesão autodidata. A madeira empregada é retirada da área dos*  
505 *manguezais e o couro que o recobre provêm de animais, veado vermelho, boi, capivara,*  
506 *porco do mato. Os instrumentos de acompanhamento dos carimbos são o banjo, a*  
507 *flauta, as maracas, o reco-reco, o milheiro, o rufo, o xereré (pandeiro sem couro). A*  
508 *maioria desses instrumentos é confeccionada por artesões que são muitas vezes os*  
509 *próprios músicos, que adquirem importância fundamental para sua reprodução em*  
510 *todos os municípios nos quais o Carimbó é referência. Determinados grupos de*  
511 *Carimbó, sobretudo urbanos, incorporaram instrumentos musicais não artesanais*  
512 *como o saxofone, o clarinete e a flauta transversa. Ao longo de sua história o Carimbó*  
513 *foi reinventado e ressignificado por atores sociais os mais distintos, conformando*  
514 *diversos modos de percepção desta manifestação e alterando elementos sonoros e*  
515 *coreográficos. As festas de Carimbó possuem, nos dias atuais, conformações de*  
516 *celebração diferenciadas, como decorrência da midiatização do Carimbó como gênero*  
517 *musical, sobretudo a partir de meados do século XX. Neste momento muitos grupos de*  
518 *Carimbó passam a se apresentar ao vivo em festivais de música e eventos regionais,*  
519 *incluindo programas de rádio. Essas apresentações são voltadas para o espetáculo e*  
520 *delimitam uma maior separação entre público e artista. Ensejaram, inclusive, a criação*  
521 *de duas categorias de apresentação, a saber, o Carimbó de Raiz, considerado mais*  
522 *“tradicional” também conhecido como “de pau e corda” porque emprega instrumentos*  
523 *musicais artesanais e Carimbó Estilizado, que seria mais “modernizado” com a*  
524 *inclusão de instrumentos eletrônicos. Inúmeros festivais de Carimbó formataram-se*  
525 *mais recentemente e inserem-se no universo de reprodução desta manifestação. Os*  
526 *eventos possuem formato concorrencial e agregam como parte desses festivais a*  
527 *realização de oficinas, palestras e encontros voltados para a temática do Carimbó. Os*  
528 *mais conhecidos são os de Marapanim, Santarém Novo, Curuçá e o de Maracanã. A*  
529 *partir dos anos 1970 o Carimbó atinge grande visibilidade nas camadas populares*  
530 *urbanas de Belém e de áreas próximas. Essa popularidade advém, sobretudo através da*  
531 *projeção adquirida por determinados artistas como Verequete, Lucindo e Cupijó e seus*  
532 *conjuntos: “Uirapuru”, “Canarinhos” e “Ases do Ritmo”. Neste cenário sobressai à*  
533 *figura de Aurino Quirino Gonçalves, mais conhecido como Pinduca, que obteve grande*  
534 *sucesso no Pará e se tornou o pioneiro na divulgação do Carimbó nas outras regiões*  
535 *do país. Os desdobramentos dessas articulações conduz o Carimbó a um significativo*  
536 *processo de iconização que o torna uma das insígnias da identidade paraense e*



537 *amazônica. Desse movimento resultou a disseminação de grupos parafolclóricos que se*  
538 *apresentam em espaços institucionalizados da capital paraense. As apresentações*  
539 *desses grupos ou mesmo de conjuntos de Carimbó são comuns e constantes em eventos*  
540 *públicos promovidos pelas agências estatais. Reconhecido como sendo uma “música*  
541 *típica” o Carimbó é alvo de apropriações pelo viés do turismo em prospectos e*  
542 *apresentações em contextos próprios, além de figurar na publicidade televisiva*  
543 *regional, e nos bilhetes de loteria o Carimbó da Sorte. Paralelamente é apropriado e*  
544 *utilizado em projetos de artistas da região, identificados com a MPB de contornos*  
545 *regionalistas. Observa-se que para compositores paraenses, como Ruy Barata e Paulo*  
546 *André Barata, o Carimbó torna-se referência na definição de uma linguagem musical*  
547 *que se buscava o mesmo tempo regional e universal. Outros artistas, inclusive e,*  
548 *sobretudo, nos dias atuais, passaram a incluir o Carimbó como expediente de*  
549 *legitimação e de territorialidade, ampliando em muito a sua abrangência. Conclusões.*  
550 *A partir da descrição pormenorizada encontrada no Dossiê e de referências presentes*  
551 *nos documentos inseridos no processo, fica patente que o Carimbó reúne todas as*  
552 *condições para ser considerado um bem cultural imaterial brasileiro. O Carimbó*  
553 *constitui importante meio para ações de afirmação identitária e de resistência cultural*  
554 *que são relevantes no Estado do Pará e na Amazônia. É pertinente ressaltar a ativa*  
555 *participação de Grupos de Carimbó nas etapas constitutivas do processo de registro,*  
556 *inclusive na construção textual do Dossiê, assim como na articulação e execução da*  
557 *“Ação de Salvaguarda da Flauta Artesanal do Carimbó”. Essa participação traduziu-*  
558 *se também no anseio pelo reconhecimento e valorização de uma tradição que é*  
559 *fortemente enraizada nas populações espalhadas por um vasto território paraense.*  
560 *Desta forma, o lema “Carimbó, Patrimônio Cultural Brasileiro” transformou-se em*  
561 *emblema e assim passou a ser ostentado pelos tambores de carimbó, na apresentação*  
562 *de diferentes grupos. A documentação existente evidencia o particular interesse que a*  
563 *sociedade paraense dedica a essa manifestação cultural. Desta forma, e desde 2005,*  
564 *mobilizaram-se mestres e grupos de Carimbó, produtores culturais, pesquisadores,*  
565 *políticos, educadores, fundações, prefeituras, representantes do poder público e de*  
566 *entidades da sociedade civil organizada na ativação da Campanha “Carimbó*  
567 *Patrimônio Cultural Brasileiro”, que tem grande repercussão e que se conecta a um*  
568 *movimento nacional de valorização do patrimônio imaterial. A mobilização para o*  
569 *registro do Carimbó encontra apoio na própria Constituição Federal de 1988,*  
570 *parágrafo 1º do Artigo 215, ao indicar que o Estado protegerá as manifestações de*



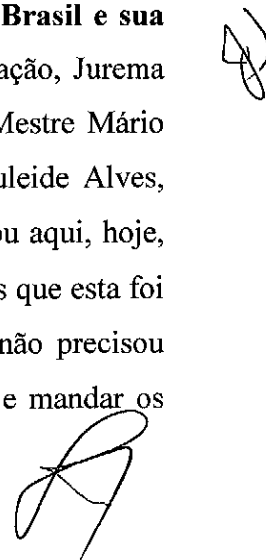
571 *determinados grupos da sociedade brasileira – culturas populares, indígenas e afro-*  
572 *brasileiras - pois as mesmas tornam o repertório do patrimônio cultural brasileiro mais*  
573 *representativo da nossa diversidade. Na sequência menciona-se que os conceitos que*  
574 *norteiam o registro dos bens culturais imateriais, conduzido pelo Instituto do*  
575 *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC, incidem sobre*  
576 *manifestações diversificadas e abrem perspectivas para o registro de elementos mais*  
577 *complexos do patrimônio cultural brasileiro, como o “Sistema Agrícola Tradicional do*  
578 *Rio Negro”. Arrisco-me a apontar o fato de que, assim como foi o caso do sistema*  
579 *agrícola, uma abordagem sistêmica também está subjacente à demanda de Registro do*  
580 *Carimbó, uma vez que essa manifestação se caracteriza por comportar múltiplos*  
581 *elementos interdependentes, tais como celebrações, composições musicais, cantos,*  
582 *coreografias, instrumentos artesanais, vestuário, comidas e bebidas. As raízes locais do*  
583 *Carimbó fazem dessa manifestação uma expressão cultural significativa do cotidiano*  
584 *paraense, mas que extrapola os limites do Estado do Pará. A riqueza sonora desta*  
585 *manifestação motiva apropriações e reelaborações, conferindo ao Carimbó uma*  
586 *capilaridade de dimensões nacionais. Esse aspecto é comprovado pelas dezenas de*  
587 *títulos da discografia, a maioria das décadas de 1970 e 1980, mencionados no*  
588 *processo. O Carimbó representa um bem cultural em plena vigência através das*  
589 *práticas, dos aspectos e formatos considerados mais tradicionais, assim como pelo*  
590 *incremento de novos elementos e modalidades na organização e reprodução em meio*  
591 *urbano. Por outro lado, o Carimbó revela extraordinária continuidade histórica. Os*  
592 *seus primórdios, segundo depoimentos, remontam ao século XVIII na cidade da Vigia,*  
593 *um dos primeiros municípios do Estado do Pará. É justamente nesta cidade que está*  
594 *sediado o mais antigo Grupo de Carimbó, em atividade há mais de 115 anos.*  
595 *Apresentado como o resultado da união das influências culturais de indígenas negros e*  
596 *européus, o Carimbó possui relevância nacional, pois constitui mais uma referência*  
597 *cultural que sintetiza a diversidade étnica formadora da sociedade brasileira. **Face ao***  
598 ***que foi exposto no presente parecer e endossando os demais pareceres constantes no***  
599 ***processo, afirmo que sou inteiramente favorável à inscrição do Carimbó no Livro de***  
600 ***Registro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural do Brasil.** Assim sendo,*  
601 *proponho a este Conselho o seu deferimento. Finalizando, não ousou cantar, mas apenas*  
602 *recitar: O carimbó não morreu/ Está de volta outra vez/ O carimbó nunca morre/ Quem*  
603 *canta o carimbó sou eu. Este verso de Mestre Verequete, que tive a honra de conhecer,*  
604 *visa homenagear este grande compositor paraense e através dele os demais mestres e*



605 *fazedores do Carimbó. Brasília, 11 de Setembro de 2014. Lucia Hussak van Velthem,*  
606 *Conselheira*". A Presidenta agradeceu à Conselheira, registrou que o parecer  
607 emocionou a todos e abriu a palavra para os comentários. O primeiro a comentar foi o  
608 Conselheiro Ulpiano Meneses: "Conselheira, gostaria de cumprimentar efusivamente  
609 seu parecer, que não só foi completo, judicioso, e também bem escrito e, sobretudo,  
610 carregado de emoção, mas também, eu gostaria de ressaltar a importância do vídeo  
611 como um elemento essencial e não acessório, não uma mera ilustração. Ele dá matéria  
612 viva, porque o texto tem que ser abstrato forçosamente, com mais frieza. Já, no início do  
613 vídeo, uma das depoentes fala do Carimbó como se fosse um ritual extático, isto na  
614 terminologia técnica dos antropólogos, aquilo que provoca êxtase. Em outras palavras,  
615 aquilo que produz entusiasmo no sentido etimológico: o Deus que baixa. Algo que  
616 transcende, que vem de cima, mas depois se espalha com uma alegria pura. Então, o  
617 resto do vídeo serve para mostrar tudo àquilo que você disse analiticamente de uma  
618 maneira, extremamente, adequada e convincente. Então, além da força identitária, do  
619 excelente suporte de memória que o Carimbó pode ser no seu papel como recurso de  
620 integração social, como testemunho de investimento das comunidades, é fonte de  
621 alegria, de entusiasmo e alegria, que você considerou no seu texto e que o vídeo,  
622 plenamente, confirmou, ao vivo e em cores. Então, eu imagino que poderia ser um  
623 argumento a mais na consideração dos fatores que induzem a aceitação dos pedidos de  
624 Registro dos casos da espécie. Eu pensaria em alguma coisa como no índice de  
625 "alegricidade". Especificaria o índice de "alegricidade" deste tipo de alegria, que a  
626 gente vê em todos os quadrantes onde se tem qualquer referência ao Carimbó como  
627 apresentado no relatório e no vídeo. É uma alegria que, ao mesmo tempo, é individual e  
628 é completamente compartilhada. Estou propondo que a gente complete os requisitos  
629 formais para consideração nossa, mas, é uma coisa que deveria estar dentro do nosso  
630 horizonte. Neste caso, está plenamente, explícito o que pode ser este fator de  
631 "alegricidade" para se entender, efetivamente, qual o significado pleno deste fenômeno  
632 do Patrimônio Imaterial. Muito obrigado". A seguir falou o Conselheiro Roque Laraia:  
633 "Eu queria cumprimentar a colega, a Conselheira, pelo relatório tão preciso, tão  
634 esclarecedor a respeito do Carimbó. Chamou-me a atenção, quando ela descreveu as  
635 áreas de influência do Carimbó no Estado do Pará, ter citado o Baixo Tocantins e não o  
636 Médio Tocantins. Com efeito, eu fiz pesquisa no Médio Tocantins há muito tempo e só  
637 fui conhecer o Carimbó quando me desloquei da região de Marabá para Belém. É  
638 possível que hoje, com o crescimento dos meios de comunicação e principalmente, com


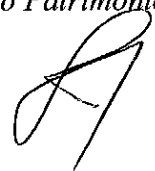


639 o grande crescimento a cidade de Marabá, o Carimbó esteja lá presente. Eu queria  
640 ressaltar este fato, porque ela se preocupou muito mais com a verdade científica do que  
641 tentar o Pará todo, ou qualquer coisa deste tipo o que mostra sua competência como  
642 pesquisadora”. A Conselheira Cecília Londres também se manifestou: “Tive o  
643 privilégio de acompanhar ao lado da Lúcia a apresentação e senti os fluidos da emoção  
644 muito próximos. Eu me emocionei muito também. Tive o privilégio de assistir em  
645 Marajó uma dança de Carimbó e, realmente, chamou-me muito a atenção. Eu fui  
646 conhecer em uma ida a Marajó há dois anos. Essas manifestações que tem uma  
647 visibilidade muito pequena a nível nacional, quer dizer, ficaram até agora muito  
648 ofuscadas por outros ritmos como o samba, as outras formas de batuque, o frevo, que já  
649 tinham uma dimensão nacional e internacional. O Carimbó, pelo que eu entendi, estava  
650 muito restrito ao âmbito regional. Eu acho que até hoje. Parece-me que esta é uma das  
651 nossas funções, também no sentido de transformar o Patrimônio em uma representação  
652 muito mais significativa da diversidade cultural brasileira. É o trabalho de colocar em  
653 relevo manifestações e, sobretudo, valores que o Ulpiano falou. O poder agregador  
654 dessa manifestação envolvendo todos os níveis sociais, pelo que deu a perceber no  
655 vídeo, independentemente dela ser conhecida ou não para fora daqueles limites, mostra  
656 sua força, e o parecer da Lúcia, assim como o vídeo que lhe deu concretude, transmitem  
657 isso de uma forma muito forte”. Por último falou a Conselheira Lúcia Velthem: “Eu só  
658 queria agradecer os comentários, sobretudo os do Professor Ulpiano, e também explicar  
659 que se eu realmente tivesse podido me aprofundar, eu ainda falaria até uma hora da  
660 tarde e aí eu temi pela minha própria vida”. Por outro lado, agora eu estou rindo, mas, as  
661 minhas lágrimas têm explicação. Por mais de 30 anos vivi no Pará, filha de imigrantes,  
662 me tornei paraense também”. Terminadas as considerações sobre o parecer a Presidenta  
663 Jurema Machado submeteu aos Conselheiros a proposta de Registro do Carimbó. **Por**  
664 **unanimidade os Conselheiros aprovaram, nos termos do Parecer da Relatora, o**  
665 **Registro do Carimbó no Estado Pará, como Patrimônio Cultural do Brasil e sua**  
666 **inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão.** Após a votação, Jurema  
667 Machado registrou as presenças dos Mestres e Mestras Carimbozeiros: Mestre Mário  
668 Canuto, Nivaldo Borges Mestre Manoel Teixeira, Solange Loureiros, Zuleide Alves,  
669 Amélia. Mestre Manoel falou em nome de todos: “Bom dia, a todos. Estou aqui, hoje,  
670 representando todo o povo do Pará, nossos Mestres. Então, digo para vocês que esta foi  
671 uma luta de 9 anos, mas, uma luta sólida. Não precisou quebrar nada, não precisou  
672 bater, mas, sim, só o fato de nós chegarmos ao IPHAN, nas Secretarias e mandar os



673 documentos e pedir ao João para que conseguíssemos nosso objetivo, que nossa cultura  
674 fosse reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil foi o suficiente porque esta  
675 cultura vem de muitos anos. Nós ajudamos a manutenção repassando conhecimento  
676 para os nossos filhos, para os nossos netos. Mas, para isto, nós precisamos trabalhar,  
677 daqui para frente, com Política Pública. Por quê? Porque até hoje o Carimbó é mantido  
678 com nossos recursos próprios, asseverou. Se esta campanha chegou até aqui, nas mãos  
679 de vocês, Conselheiros, foi com nossos esforços, deixamos o que fazer em nossas casas,  
680 deixamos de pescar, deixamos de trabalhar, arregaçamos nossos bolsos e partimos para  
681 esta luta, para este bem Imaterial do Brasil, mas, foi com a força de vontade de resgatar  
682 esta cultura para ela não acabar, para ela não morrer. Então, isto, para nós, é uma  
683 vitória, é uma vitória porque quem está de parabéns são os Mestres, as famílias dos  
684 Mestres, que continuaram com a gente até hoje, Mestre Bento, Mestre Pelé, Mestre  
685 Chiquinho e outros, que morreram antes. Mas, quero dizer para vocês, Companheiros  
686 Mestres de Carimbó: podem festejar!”. Após as despedidas dos convidados, a  
687 Presidenta passou ao ponto de pauta seguinte: **Processo de Tombamento nº 1548-T-07**  
688 **- Bens de Imigração: Igreja São Judas Tadeu em Vargem, Santa Catarina.**  
689 **Relator: Conselheiro Eugênio Ávila Lins:** *“Parecer sobre o Tombamento da IGREJA*  
690 *DE SÃO JUDAS TADEU, vinculado ao processo de tombamento nº 1548-T-07,*  
691 *referente às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração*  
692 *em Santa Catarina/SC”. ANTECEDENTES. O pedido de tombamento referente às*  
693 *“Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração em Santa*  
694 *Catarina/SC” foi realizado por meio do memorando 270/2007GAB/DEPAM, de 01 de*  
695 *novembro de 2007, pelo então diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, do qual consta*  
696 *o Dossiê, composto de 2 (dois) volumes e 5 (cinco) anexos, que reúnem os dados*  
697 *essenciais sobre os bens apresentados para proteção. Após os trâmites iniciais, o*  
698 *processo teve continuidade ocorrendo em duas etapas, como esclarece o Procurador*  
699 *Fr. Antonio Fernando Alvez Leal Neri, em despacho de 23 de outubro de 2008, dirigido*  
700 *ao Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho: “Na instrução do processo de tombamento*  
701 *sobre “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em*  
702 *Santa Catarina”, ficou acertado que, diante da quantidade expressiva de bens a serem*  
703 *tombados em vários Municípios de Santa Catarina, o tombamento proposto seria*  
704 *dividido em duas etapas. A primeira etapa levaria a apreciação dos membros do*  
705 *Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural dos bens que estivessem com a sua*  
706 *documentação regular e a segunda cuidaria dos bens cuja necessidade de*

707 *complementação de documentação, estivesse sanada”. (IPHAN, vol. 04, pg. 609). Na*  
708 *primeira etapa, foram submetidos à apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, na*  
709 *55ª Reunião, realizada em 06 de dezembro de 2006, apenas os bens que se encontravam*  
710 *com documentação regular. Na ocasião, conforme consta da Ata da referida reunião,*  
711 *foi aprovado, por maioria, o tombamento de 50 bens, à exceção da Igreja de São Judas*  
712 *Tadeu, situada no município de Vargem/SC, pois, conforme consta do Parecer da*  
713 *Conselheira Relatora, Suzanna de Amaral Sampaio (IPHAN, vol. 03, pg. 515), não*  
714 *teriam sido encontrados dados suficientes sobre a edificação que permitissem sua*  
715 *apreciação pelo Conselho Consultivo e, por conseguinte, sua proteção definitiva. Assim*  
716 *sendo, nessa reunião, a referida igreja ficou excluída do tombamento, mesmo tendo*  
717 *sido notificada e, portanto, estando sob tombamento provisório. Na segunda etapa,*  
718 *foram submetidos outros 13 (treze) bens à apreciação do Conselho Consultivo do*  
719 *IPHAN, durante a 67ª Reunião, realizada em 03 de maio de 2011, que teve como*  
720 *relatora do processo a Conselheira Rosina Parchen Coeli. Os bens apresentados foram*  
721 *tombados, porém, a Igreja de São Judas Tadeu ficou ausente da listagem,*  
722 *permanecendo sob tombamento provisório. Em 05 de março de 2012, o Chefe de*  
723 *Gabinete da Presidência do IPHAN, Weber Sutti, encaminhou o processo de*  
724 *tombamento nº 1548-T-07 ao Procurador-Chefe da PROFER, Dr. Heliomar Alencar de*  
725 *Oliveira, para análise e manifestação. Em seguida, o processo foi distribuído para a*  
726 *Procuradora Federal, Genésia Marta Carmelo, que, em Despacho nº 011/2012-*  
727 *PF/IPHAN/GMAC, dirigido ao Procurador-Chefe, coloca que, após análise dos autos,*  
728 *verificou que “consta no parecer da Conselheira Suzanna Amaral Cruz Sampaio, às fl.*  
729 *515 que não foi encontrada a descrição da Igreja de São Judas Tadeu, situada no*  
730 *Município de Vargem pertencente à Mitra Diocesana de Joaçaba”. Assim, na 55ª*  
731 *reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada em 06 de dezembro*  
732 *de 2007, o Presidente do IPHAN “colocou o parecer da conselheira no sentido de*  
733 *tombamento de todos os bens propostos, com exceção daqueles excluídos por*  
734 *inexistência de documentação”, neste caso em particular, a Igreja de São Judas Tadeu.*  
735 *Em seu parecer, a Procuradora ressalta que a referida igreja foi descrita no parecer*  
736 *elaborado pelo Diretor do DEPAM, constando a respectiva certidão de registro de*  
737 *imóveis às fls. 236. E afirma que, a princípio, se encontram, nos autos, todos os*  
738 *documentos necessários à apreciação do valor cultural da referida igreja. Conclui o*  
739 *parecer, sugerindo que o processo retornasse ao Gabinete da Presidência do IPHAN,*  
740 *com solicitação de inclusão na pauta de reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio*

741 Cultural, para reapreciação do tombamento da Igreja de São Judas Tadeu. A IGREJA  
742 DE SÃO JUDAS TADEU E SEU LUGAR. A Igreja de São Judas Tadeu está localizada  
743 no pequeno município de Vargem, no meio-oeste catarinense, onde habitam, de acordo  
744 com o IBGE de 2014, 3.203 pessoas, que sobrevivem basicamente da agricultura e do  
745 extrativismo de madeira. A região, até sua emancipação política, ocorrida em 1991,  
746 pertencia ao município vizinho de Campos Novos que, por sua vez, foi desmembrado de  
747 Curitiba, no ano de 1881. Seu processo de colonização recebeu influências da  
748 fundação de Lages, em 1767, e também da consequente ocupação do Planalto, a partir  
749 da ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, através do Caminho das Tropas, e,  
750 mais tarde, já no início do século XX, pela inauguração da ferrovia RS-SP. A ocupação  
751 da região envolveu grupos bastante diversos. Inicialmente, registra-se a presença dos  
752 índios kaigangs e xoklengs e, mais tarde, de escravos fugidos que, ao buscarem refúgio  
753 na região, acabaram dando origem a comunidades quilombolas, das quais a Invernada  
754 dos Negros é a mais conhecida, sendo, inclusive, reconhecida como tal pela Fundação  
755 Cultural Palmares. Efetivamente, a colonização de Campos Novos se processou a  
756 partir de 1825, a partir de um fazendeiro oriundo de Curitiba. Logo em seguida,  
757 chegaram alguns gaúchos, fugidos da Guerra dos Farrapos (1835-1845); fazendeiros  
758 de Lages, paranaenses e paulistas, incentivados pela quantidade de terras e pastagens  
759 para criação de gado na região. A partir de 1908, a região tornou-se ponto de fixação  
760 de grupos estrangeiros, sobretudo, poloneses, russos e libaneses, e de um grande  
761 número de descendentes de alemães e italianos, oriundos das colônias do Rio Grande  
762 do Sul que, aos poucos, fomentaram a ocupação de todo o oeste e meio-oeste  
763 catarinense. HISTÓRICO DA IGREJA DE SÃO JUDAS TADEU. A Igreja de São Judas  
764 Tadeu, pertencente à Mitra Diocesana de Joaçaba, no município de Vargem, é a única  
765 igreja católica do núcleo. Sua construção é relativamente recente, remontando à  
766 década de 1950, e pode ser assumida como um acontecimento de grande adesão  
767 comunitária, já que os moradores – pais, tios e avós dos atuais residentes da localidade  
768 – atuaram colaborativamente não apenas em suas etapas de edificação, mas também  
769 em outras atividades correlacionadas, como a doação de materiais e a preparação de  
770 alimentação para os trabalhadores. As anotações feitas pelo Vigário Reinaldo Maria,  
771 em 29 de outubro de 1954, no Livro do Tombo da igreja, são esclarecedoras quanto à  
772 data do término da construção e da inauguração da igreja, colocando também em  
773 evidência os nomes dos participantes da obra e papéis desempenhados no processo.  
774 Assim escrevia o Vigário: “a atual igreja já se encontra de pé, coberta de zinco e

775 fechada ao seu redor” (IPHAN, anexo 2, pg.52). Foi inaugurada em 1º de julho de  
776 1955 e levou dois anos para ser construída. Participaram da construção o Sr. Joanim  
777 Chiamolera, chefe de obra e empreiteiro; Anselmo Chiamolera, construtor; José Ros,  
778 construtor; Braulino Marcos Ros, construtor; Avelino Niser Moraes, que doou  
779 madeiras; João Gaiser, que doou madeiras e alimentação aos construtores. A madeira  
780 era plainada em Campos Novos e muitas firmas da época fizeram doações, como  
781 Albino Mânica, Alberto Oneda, Busquerol, Santos Almeida, Polese, Sefrin. Constam  
782 como “trabalhadores diários”: Anselmo Carlesso, Ângelo Girardi, Gregório Antunes,  
783 Francisco Carloto, Ernesto Gilioli, Rafael Marcante, José Flores, João Gaiser, Antonio  
784 Araújo, Benjamin Margotti, Jorge melo e Angelo Bovi. Em 2006, o atual pároco iniciou  
785 uma campanha de demolição da igreja de madeira para substituí-la por uma nova,  
786 maior, de alvenaria. Seus argumentos desconsideravam toda a importância cultural e  
787 afetiva da igreja e baseavam-se num suposto risco de desabamento que, na verdade,  
788 nunca houve. Na ocasião, o escritório do IPHAN em Santa Catarina foi comunicado do  
789 fato e alguns técnicos se deslocaram até Vargem para participar de uma reunião, onde  
790 estariam o pároco, representantes da comunidade local, da prefeitura municipal e do  
791 Ministério Público Federal, com o objetivo de impedir a ação demolitória e demonstrar  
792 a todos a importância e o valor histórico, cultural e afetivo da igreja para a  
793 comunidade e para o país inteiro. Na visita, realizou-se a primeira vistoria técnica que  
794 diagnosticou alguns problemas pontuais na estrutura da fundação, de infiltração na  
795 cobertura e o risco de curto-circuito na instalação elétrica, precariamente instalada  
796 nas paredes e forro de madeira. Também nesta visita, foi assinado um termo de ajuste  
797 de conduta, onde o IPHAN passou a ser responsável por investir recursos na revisão  
798 emergencial da instalação elétrica. A prefeitura, por sua vez, ficou responsável por  
799 destinar recursos às obras de drenagem necessárias e também à restauração da  
800 cobertura. Na mesma data, deu-se início também ao processo de tombamento da igreja  
801 a nível estadual. **IMPORTÂNCIA ARTÍSTICA E DOCUMENTAL.** A Igreja de São  
802 Judas Tadeu de Vargem é um ponto de referência marcante da paisagem local.  
803 Localizada em um terreno plano, a edificação é antecedida por um amplo terreno, onde  
804 está implantado um cruzeiro de madeira e que é ladeado, à esquerda, por uma pequena  
805 arquitetura horizontalizada, e, à direita, por uma sequência de árvores, que integram a  
806 praça. Ao fundo, destaca-se a exuberância da vegetação local, que contrasta com a  
807 simplicidade do tratamento exterior da igreja. Inspirada, segundo a literatura oral, em  
808 uma igreja localizada na região de Ibiaçá, na porção nordeste do estado do Rio



809 Grande do Sul, a Igreja de São Judas Tadeu foi inteiramente erguida em madeira,  
810 incluindo fundações, estruturas, fechamentos e esquadrias, além do mobiliário, o que  
811 lhe permite ser considerada uma “verdadeira obra prima da arquitetura vernacular do  
812 Brasil” (IPHAN, anexo 2, pg.53) e também um caso expressivo de resistência às  
813 emergentes propostas “modernizantes” voltadas para a arquitetura, já que constitui um  
814 dos poucos exemplares da localidade que ainda não sucumbiram ao interesse de  
815 substituição da madeira pela alvenaria. Em sua totalidade, o projeto da igreja concilia  
816 duas tendências distintas: a primeira, de feição classicizante, que se liga ao enraizado  
817 gosto lusitana pela simplicidade e nitidez dos volumes, e que dominou a primeira fase  
818 da arquitetura brasileira, e outra, de sabor neogótico, incorporado dos modismos  
819 revivalistas, transplantados da Europa para o território brasileiro a partir do final do  
820 século XIX e que, segundo Luciano Patetta (1987), continuou influente ao longo do  
821 século seguinte, propiciando o aparecimento de arquiteturas fundadas na imitação de  
822 formas e estilos medievaescos, mesmo naquelas regiões mais remotas e, à primeira  
823 vista, imunes a tais influências. A planta do edificio exprime o predomínio dos planos  
824 retangulares – com exceção do traçado curvilíneo oferecido à parte posterior – e que  
825 possui um impacto profundo em sua constituição interior: a sequência contínua dos  
826 espaços longitudinais da nave e capela mor termina na parede reta, contra a qual é  
827 colocado o retábulo principal, ponto de convergência de toda a organização decorativa  
828 da igreja. O hibridismo estilístico que caracteriza a igreja se faz notar já em sua  
829 aparência externa, onde a fachada frontal, ladeada por duas torres, evidencia a  
830 integração entre elementos e soluções associadas ao classicismo, a exemplo do frontão  
831 triangular, da simetria da composição, dos volumes bem definidos e das linhas retas da  
832 porta de acesso ao interior, e outras, de clara influência neogótica, como as janelas em  
833 arco de ogiva, dispostas ao lado da modesta rosácea e também no entorno das torres,  
834 finalizadas por coberturas que dão impulso à verticalidade do edificio. As janelas com  
835 solução ogival também são encontradas, de maneira serializada, nas fachadas laterais,  
836 reforçando a filiação da igreja à tendência neogótica. Vista de fora, a igreja não  
837 informa o elevado grau de requinte que marca o tratamento dado ao seu ambiente  
838 interior. Neste, constata-se uma franca tentativa de reprodução da arquitetura  
839 neogótica, que se realiza principalmente por meio do uso de abóbadas de aresta em  
840 madeira e de arcos ogivais, sustentados por dois conjuntos sequenciados de pilastras,  
841 que constituem um corredor que conduz o visitante até o altar mor. O forro é pintado  
842 na cor cinza claro e sutilmente decorado com barras fitomorfos verdes. As paredes

843 *possuem fundo amarelo claro e barra inferior com textura imitando mármore em tons*  
844 *de vermelho escuro. Ainda no forro, constam medalhões pintados com imagens de*  
845 *santos, fruto de doações empreendidas pelas famílias da cidade. Aliás, a igreja é toda*  
846 *decorada com pinturas, incluindo algumas realizações de Spilman, pintor vindo de*  
847 *Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. Sem dúvidas, a realização mais expressiva do*  
848 *interior da igreja é o retábulo em estilo neogótico, localizado na capela mor e que se*  
849 *encontra ladeado por outros dois altares, também neogóticos, que se impõe como*  
850 *indicativo da incontestável habilidade local para o entalhe de madeira. A obra, de*  
851 *caráter vertical fortemente acentuado, possui uma estrutura dividida em três nichos,*  
852 *ricamente ornamentados, onde estão acomodadas três imagens de santos, sendo a*  
853 *central a representação de São Judas Tadeu. Recentemente, as bases dos altares foram*  
854 *cortadas e substituídas por mesas simples, cobertas por toalhas brancas. As colunas*  
855 *também foram retalhadas e tiveram sua pintura texturizada substituída por um*  
856 *revestimento liso de tinta esmalte. Os aspectos até aqui expostos sobre o exterior e,*  
857 *principalmente, o interior da Igreja de São Judas Tadeu do município de Vargem, bem*  
858 *como todas as demais considerações pertencentes ao corpo do processo, concorrem*  
859 *para a sustentação da proposta de inscrição do referido bem no Livro do Tombo*  
860 *Histórico, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do*  
861 *Tombo das Belas Artes, pelo IPHAN, justamente por colocarem em evidência os seus*  
862 *méritos artísticos e culturais, que, quando combinados com sua representatividade*  
863 *histórica, projetam a edificação como um dos exemplares mais significativos da região*  
864 *sul. Deve-se mencionar que o reconhecimento da Igreja de São Judas Tadeu pelas*  
865 *ações do IPHAN como Patrimônio Nacional poderá ter impacto positivo no campo dos*  
866 *estudos sobre a arquitetura da região de Santa Catarina, servindo de estímulo para o*  
867 *crescimento do interesse pelas realizações locais e a integração dos resultados*  
868 *alcançados ao conjunto total de reflexões teóricas existentes sobre o tema no Brasil.*  
869 *Senhores Conselheiros, gostaria de fazer uso desta oportunidade para recomendar ao*  
870 *IPHAN, com a aquiescência do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a*  
871 *inclusão da Igreja de São Judas Tadeu, localizada no município de Vargem, Santa*  
872 *Catarina, no rol dos bens protegidos pelo processo de tombamento nº 1548-T-07,*  
873 *referente às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a Imigração*  
874 *em Santa Catarina/SC”. Brasília, 10 de Setembro de 2014. Eugênio de Ávila Lins.*  
875 *Conselheiro. REFERÊNCIA: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura***  
876 ***Brasileira** / Annateresa Fabris. – São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São*



877 *Paulo: 1987.* A Presidenta agradeceu ao Conselheiro e abriu a sessão para  
878 manifestações. A Conselheira Maria da Conceição Guimaraens ressaltou que as  
879 imagens a lembravam a arquitetura kitsch, associada a ela, uma tectônica de patrimônio  
880 modesto dado que o sistema construtivo é com tábuas aparelhadas. Por sua vez, o  
881 Conselheiro Eugênio Ávila Lins contraditou, salientando que a população do lugar é de  
882 imigrantes, numa região bem afastada dos grandes centros, sendo, na verdade, a  
883 reminiscência daquilo que se poderia chamar de ecletismo tipológico que colocava  
884 alguns estilos como característicos de determinadas funções. Disse, ainda, que a  
885 arquitetura neogótica foi um dos elementos escolhidos para ser reproduzida enquanto  
886 arquitetura religiosa como a arquitetura do Período Clássico, que esteve muito atrelada  
887 às estas questões ligadas ao direito, aos tribunais. Acrescentou que muita coisa que se  
888 toma às vezes, como Colonial ou do Século XIX, uma arquitetura feita na década de  
889 1930, e que isso ocorre em grande escala no Brasil, principalmente, nestas regiões mais  
890 distantes. O Conselheiro Carlos Eduardo Dias Comas disse que talvez, fosse o caso de  
891 discriminar mais claramente os valores formais ou, na sua acepção, o hibridismo dos  
892 valores formais que caracterizam o exemplo porque senão a tendência seria reduzir de  
893 um lado ou outro em uma polarização moderna, eclética que não fazia jus à qualidade  
894 intrínseca do bem apresentado. O Conselheiro Eugênio Ávila Lins voltou a se expressar,  
895 dizendo que essa modernidade e simplicidade externas se dão também pela questão da  
896 técnica dos materiais e da técnica construtiva da madeira. Isso, de certa forma, é um  
897 elemento definidor e que limita a inscrição no Livro de Belas Artes. Em seguida falou o  
898 Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho que se disse em dúvida em relação ao tipo de  
899 enquadramento e ao se pegar um conjunto de edificações e bens materiais de uma região  
900 de colonização como aquela, trabalha-se no universo do Livro do Tombo Histórico e, de  
901 um modo destacado, no arqueológico e etnográfico, sobretudo, paisagístico, mas não  
902 entendia que aquilo corresponderia a uma inscrição no Livro de Belas Artes. Para o  
903 Conselheiro Nestor, registram-se as obras que se caracterizam pela excepcionalidade,  
904 pela felicidade do projeto, e esse não era o caso. Acrescentou, “se nós perdêssemos  
905 estes exemplos e as suas permanências, e eu estou de acordo com a questão da  
906 permanência, nós estaríamos esquecendo uma parte da nossa formação. Então, eu  
907 entendo perfeitamente, que tenham sido selecionados exemplos significativos deste  
908 contexto social, mas, talvez, pela minha formação pessoal, profissional, tendo a fazer a  
909 leitura a partir do espaço e a partir do social porque, na verdade, é o espaço produzido  
910 pela sociedade, que é o objeto de nossos estudos. Então, nos dois primeiros livros, nós

911 enfatizamos o aspecto social. No terceiro livro, nós enfatizamos, obviamente, a questão  
912 estética e eu tenho dificuldade de aceitar este tipo de enquadramento. Eu não acho que  
913 haja excepcionalidade. Essa não é uma solução feliz. No conjunto que foi apresentado  
914 na ocasião, havia alguns exemplos realmente interessantes, de perfeita realização  
915 daquele sincretismo cultural, daquele encontro cultural entre o que os imigrantes  
916 traziam e as práticas locais, das possibilidades locais. Eu vejo com dificuldade isso,  
917 ainda que veja como exemplo interessante e concordo com o que eu li no conjunto, um  
918 esforço de adaptação às condições e, sobretudo, uma permanência. Eu me pergunto:  
919 Uma permanência do quê? Esta é a minha dúvida”. Continuou sua exposição,  
920 afirmando: “É uma permanência de um determinado tipo de abordagem. Mas, aí no caso  
921 do neogótico, ele vem por meio da cultura do imigrante ou ele vem a partir de uma  
922 posição da Igreja, extremamente, retrógrada do começo do Século XX, no caso típico de  
923 vários países, inclusive da América do Sul, do movimento da Ação Católica Francesa  
924 que queria a volta da ligação da Igreja com o Estado, que é um dos movimentos  
925 integralistas, que vieram da França e se formaram e tiveram presença em várias das  
926 nossas regiões. Então, não era uma razão estética nem uma adaptação deste tipo. Por  
927 que o neogótico, no interior no Estado de São Paulo, em quase todas as igrejas? Qual  
928 era a posição da Igreja em relação a estas questões? Era uma posição defensiva, que  
929 tentava retomar uma situação anterior e que, exatamente, neste período, inverte-se,  
930 quando a Igreja Católica procura se situar dentro do mundo presente e anula a relação  
931 entre o Vaticano e o movimento da Ação Católica Francesa, que foi o responsável pelas  
932 transformações em Portugal, na Espanha e, depois, na França ocupada. Não é possível  
933 esquecer o que isto representou na França ocupada. Era a defesa do fascismo no nosso  
934 País e que tem repercussões ainda hoje. Então, este tipo de neogótico que veio neste  
935 período, correspondia a estas posições culturais. Não tem nada a ver com a formação  
936 social brasileira. É uma coisa que vem de cima para baixo e de fora para dentro. Então,  
937 eu tenho sérias dúvidas se este exemplo representa, realmente, uma continuação e  
938 transformação dentro de encontro de duas culturas ou uma reprodução em madeira, no  
939 interior de Santa Catarina, daquilo que aconteceu, de modo generalizado, no interior do  
940 Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo e que correspondeu, frequentemente, à  
941 destruição das Igrejas tradicionais para a construção deste tipo de edificação, com este  
942 sentido simbólico. Não há possibilidade de ignorar. Talvez, pela maior idade que eu  
943 tenho, eu tenha vivenciado. A minha geração vivenciou isto e como arquiteto sempre  
944 fiquei indignado com este tipo de procedimento. Destruíram-se os valores culturais



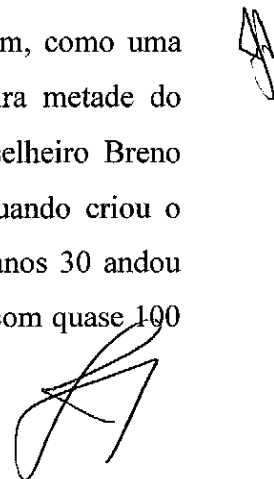
945 anteriores para impor alguma coisa de fora para dentro e que, no plano político, do  
946 plano cultural, correspondeu a uma posição política, extremamente retrógrada. Nós  
947 ainda não nos recuperamos inteiramente do que isto representou na nossa história. Acho  
948 que tenho idade suficiente para me posicionar, claramente, em relação a estas questões.  
949 Sofri, pessoalmente, na minha vida, sofri com parentes, as consequências disso. Parece  
950 que as pessoas esquecem esse detalhe. Todos estes movimentos políticos que  
951 aconteceram em nosso país e não aconteceram por acaso. Aconteceram como parte de  
952 um movimento mais amplo e que ainda precisa ser melhor reconhecido. Pouca gente  
953 sabe que o Movimento Integralista esteve presente, até recentemente, em todos estes  
954 países, inclusive na Argentina e no Chile, não reconhecido, nem sempre declarado. Não  
955 é só uma questão arquitetônica. Para mim, é, sobretudo, uma questão social, que  
956 contrasta este exemplo com os outros exemplos que nós vimos aqui. Aqueles, inclusive,  
957 já da Europa oriental, que têm influência da Igreja Ortodoxa, alguns exemplos muito  
958 interessantes, que não têm nenhum compromisso com este movimento, que representou  
959 um instrumento de destruição, por exemplo, no Estado de São Paulo, das igrejas  
960 pioneiras de tipo mineiro com estruturas de pau a pique. Elas foram todas destruídas,  
961 inclusive dentro da cidade de São Paulo. Então, eu me posiciono de acordo com o  
962 parecer em relação do Tombo Histórico, em relação, especialmente, ao Arqueológico e  
963 Etnográfico porque é uma questão, é um documento social, mesmo que seja daquilo que  
964 eu não gosto, mas, é um documento social do que eu não gosto. Esta é a minha dúvida,  
965 prezado amigo e colega Eugênio Lins”. O Conselheiro Eugênio Ávila Lins afirmou que  
966 o esclarecimento do Conselheiro Nestor procedia, mas justificou sua posição: “De certa  
967 forma, esta análise individual fica prejudicada porque faz parte de um contexto e de  
968 outros 50 monumentos e quando o Conselho votou, votou nos três livros. Então, o que  
969 eu fiz foi seguir o procedimento de inclusão nos três Livros do Tombo porque o que  
970 ocorreu foi isto e ficaria estranho, agora, eu retirar este monumento do qual ele faz parte  
971 de um dossiê e de uma votação de 50 monumentos. Essa é a questão”. A pedido da  
972 Presidenta, o Diretor do Depam, Andrey Schlee, esclareceu que o bem faz parte de um  
973 conjunto maior e fez parte de um levantamento, de um grande estudo, que continua a ser  
974 realizado pelo IPHAN de Santa Catarina. De acordo com ele, no primeiro momento, em  
975 duas votações, o Conselho tombou 63 bens, devendo isso servir como referência e o que  
976 se estudou e o que se pensou é um conjunto significativo de bens, de contribuições de  
977 etnias distintas, não tendo apenas italianos ou apenas alemães, mas um conjunto  
978 importante de etnias, contribuindo nessa construção ao longo do tempo. Indicou ainda,

979 que nas duas votações anteriores houve um esquecimento, em uma análise detalhada  
980 desta Igreja tanto por parte do relator quanto por parte do DEPAM, que deveria ter  
981 atentado a isso. Dirigindo-se ao Conselheiro Nestor Reis apontou que dos 63 bens que  
982 já foram tombados, apenas 16 foram incluídos no Livro Tombo Arqueológico,  
983 Etnográfico e Paisagístico, todos os 63 foram incluídos no Livro do Tombo Histórico e  
984 um número considerável, mas, bem menor, no Livro do Tombo das Belas Artes. Fez  
985 alusão à retirada de uma Igreja de São Pedro, em São Paulo, não incluída no Livro das  
986 Belas Artes, não havendo problema algum em retirar um bem de um dos Livros, mas  
987 devia ser mantida uma leitura de coerência anterior, que não foi incluir a totalidade dos  
988 63 bens no Livro de Paisagismo Etnográfico. A Presidenta interveio, afirmando que o  
989 Conselho foi preciso o suficiente, naquele momento, para indicar edificação por  
990 edificação, os livros correspondentes, porque isso, no dia a dia, não sendo mera  
991 técnica, tem consequência do ponto de vista da análise da conservação do bem e  
992 das intervenções que ele venha a sofrer, ou seja, é um instrumento fundamental de  
993 gestão, pois um bem inscrito no Livro das Belas Artes, terá que ser, necessariamente, do  
994 ponto de vista das Belas Artes, considerado na hora de uma intervenção. O Conselheiro  
995 Nestor Reis contestou o “esquecimento” da Conselheira relatora à época, Suzana  
996 Sampaio, citado por Andrey Schlee, pois a conhecia desde o tempo de estudante, e pela  
997 perseguição política que ela e o marido passaram, não fazia sentido indicar como  
998 esquecimento a não inclusão do bem. Mais uma vez manifestou sua posição contra a  
999 inscrição da Igreja de São Judas Tadeu, em Vargem/SC, “Entendo, perfeitamente, a  
1000 posição do relator que, simplesmente, deu andamento a um processo que parecia ser  
1001 fruto de um engano, mas, deixo claro minha posição contrária à inscrição no Livro de  
1002 Belas Artes”. A Presidenta agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília  
1003 Londres Fonseca que questionou os critérios relativos à inscrição nos Livros do Tombo:  
1004 “Entendi perfeitamente a posição tanto do Eugênio quanto a do Professor Nestor. A  
1005 visão que vocês têm é uma visão de quem se debruça do ponto de vista arquitetônico,  
1006 estético e tal, que eu não tenho competência. Mas, o que eu queria dizer é o seguinte: há  
1007 muito tempo, estou muito confusa, aqui no Conselho, em relação aos critérios de  
1008 inscrição nos Livros de Tombo. Eu, realmente, não entendo muito qual é o critério,  
1009 sobretudo, para as inscrições no Livro das Belas Artes. A impressão que eu tenho é que  
1010 há dificuldade com o tratamento que, tradicionalmente, foi dado ao Livro das Belas  
1011 Artes e aos critérios estéticos, históricos do IPHAN. De repente, a sensação que eu  
1012 tenho é que o Livro das Belas Artes é um apêndice, absolutamente necessário e quase



1013 que inalienável, da inscrição dos outros Livros. Então, só estou trazendo esta  
1014 observação porque, talvez, a gente tenha que pensar um pouco quais são os critérios que  
1015 justifiquem estes três Livros, porque a impressão que eu tenho, às vezes, é que já não  
1016 tem estes três Livros, tem quase um Livro só nas propostas de inscrição. Lembre-se que  
1017 falo como alguém que está fora dos meandros desta polêmica, mas é o efeito que eu  
1018 vejo nos tombamentos que são feitos. Eu até gostaria de ouvir quem é do ramo como se  
1019 vê esta questão”. A seguir falou o Conselheiro Carlos Eduardo Dias Comas: “Eu  
1020 concordo, inteiramente, com o Professor Nestor, quando à exclusão deste bem do Livro  
1021 do Tombo das Belas Artes. Minha posição é totalmente favorável e totalmente concorde  
1022 com a brilhante exposição que o Conselheiro Nestor fez quanto à exclusão deste  
1023 representante em particular do Livro do Tombo das Belas Artes, concordando,  
1024 integralmente, com a inclusão nos outros livros”. A Superintendente do IPHAN em  
1025 Santa Catarina Liliane Nizzola, pediu para fazer o seguinte esclarecimento: “Santa  
1026 Catarina tem uma gama de diferentes migrações e imigrações e estes foram os  
1027 exemplares que foram encontrados ao longo do Estado, que são os mais representativos,  
1028 por isto, formam um conjunto e foram colocados juntos deste processo, no momento,  
1029 formando um roteiro, e isto é extremamente importante neste contexto”. A seguir, falou  
1030 o Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes: “Esse problema da inclusão, das  
1031 categorizações e classificações, precisa ser objeto de um estudo específico para se saber,  
1032 inclusive, o que é classificação. Ela tem que ter uma base epistemológica, mas, é um  
1033 instrumento operacional e acontece que a gente confunde estas coisas. Ela teria que ter  
1034 mais flexibilidade para se ajustar à mutação das coisas. E eu não sou contra a exclusão  
1035 do Livro das Belas Artes, no momento, por razões puramente operacionais e não  
1036 cognitivas. Aliás, não sei o que são Belas Artes e não sei o que é valor estético porque  
1037 é, realmente, desde o Século XIX, motivo de confusão, a começar pela própria palavra  
1038 inventada por Baumgarten, criando uma palavra grega, que não existia na Grécia antiga  
1039 e que tinha um conteúdo de percepção, extremamente útil para nós, mas que foi depois  
1040 perdido. Por outro lado, acho que o Nestor, como sempre, foi erudito e estimulante.  
1041 Então, endosso o que ele diz. Mas, gostaria de fazer a seguinte observação em relação  
1042 ao neogótico. Se eu quiser entender a produção ideológica e material do neogótico,  
1043 posso trabalhar com a categoria estilo. É plenamente legítimo e foi o que o Nestor fez.  
1044 Mas, acontece que o momento do nascimento não reduz a história do homem, das coisas  
1045 e dos fenômenos, de maneira que, na trajetória que vem depois da produção! os sentidos  
1046 mudam, conflitam-se uns com os outros, produzem outros itens, sobretudo, nos mais

1047 diversos focos. Aquilo que para nós é importante, é o que se chamaria na história  
1048 cultural de apropriação, independentemente, no caso, de quem deu marcas ao estilo  
1049 neogótico, seja na Europa, seja na Inglaterra, em que eu vejo uma laicidade, que não se  
1050 encontra na França, por exemplo. Já na origem, é um negócio complicado. Deste ponto  
1051 de vista, seria a prática, a ótica existencial, fenomenológica, etc. que teria que ser nosso  
1052 horizonte. Nesta perspectiva, tem-se que considerar a polissemia dos símbolos. Não  
1053 existe fenômeno de maior labilidade, para usar uma palavra pernóstica, mas que  
1054 impressiona, não existe fenômeno com maior labilidade, com maior potencial  
1055 polissêmico que é o símbolo. Se se tomar, por exemplo, um caso que, hoje, é muito bem  
1056 estudado, a apropriação pelos cristãos dos primeiros séculos da iconografia helenística,  
1057 da iconografia pagã, se eu me ativer à genealogia, para já não falar da produção de  
1058 origem, não entenderei este fenômeno. Isto significa que os sentidos mudam.  
1059 Exatamente, qual era o sentido original? Não se têm muitos dados, apenas algumas  
1060 percepções. Isto também ocorre neste caso, sobretudo com sua inserção num espaço de  
1061 imigração. Então, endossando tudo que o Nestor disse, no entanto julgo que, como  
1062 estilo, é plenamente aceitável, já como percepção histórica das mudanças desta  
1063 polissemia dos estilos, talvez, se tenha que endossar a proposta do Conselheiro  
1064 Eugênio”. O Conselheiro Eugênio Lins fez a seguinte afirmação: “Primeiro, eu tentei  
1065 seguir o procedimento do processo, ou seja, a inclusão nos três livros e, de uma certa  
1066 maneira, eu discordo da não inclusão no Livro do Tombo das Belas Artes porque eu  
1067 acho que, por exemplo, a gente cairá em uma questão de não considerar os bens móveis  
1068 ou os bens integrados como elemento importante do contexto arquitetônico, e se a gente  
1069 começa a agir desta forma, principalmente, em relação ao Século XX, teremos apagado  
1070 da história muita coisa do que a gente chama de neogótico ou eclético porque os  
1071 retábulos são retirados e destruídos das Igrejas brasileiras. Hoje em dia, é raro se  
1072 encontrar retábulos neogóticos nos interiores. Este é um dos poucos retábulos  
1073 neogóticos, muito interessantes e de boa qualidade, que resta em uma edificação  
1074 religiosa no Brasil. Se não protegermos esses retábulos, mesmo que tenha um caráter de  
1075 reinterpretação popular, eu acho extremamente sério isto. Eu vejo, assim, como uma  
1076 visão muito preconceituosa em relação com o que ocorreu na primeira metade do  
1077 Século XX, no Brasil, em termos artísticos e arquitetônicos”. O Conselheiro Breno  
1078 Bello de Almeida Neves comentou que Rodrigo de Melo Andrade, quando criou o  
1079 Serviço de Patrimônio Histórico e os primeiros Livros de Tombo nos anos 30 andou  
1080 tombando muitas coisas em Minas, Bahia e em outros lugares do Brasil com quase 100



1081 anos. Para ele, a arquitetura no Brasil no final do Século XIX, começo do Século XX,  
1082 era uma arquitetura eclética que depois passou como exemplo, para as arquiteturas do  
1083 Rio de Janeiro como antigo Ministério da Guerra, Ministério da Fazenda, o prédio da  
1084 Central do Brasil, expressando que são momentos da nossa história. Chamou atenção  
1085 para o Centro Histórico do Rio de Janeiro porque tem conhecimento que empresas  
1086 construtores estão alguns prédios de arquitetura eclética e não se sabe o que pode  
1087 acontecer. O Conselheiro Arno Wehling, fez o seguinte comentário: “Eu queria  
1088 ponderar alguns aspectos. Aquela região era um território novo, um território de  
1089 imigrantes onde não se eliminou nenhum vestígio, nenhum traço cultural pré-existente.  
1090 Este é um dado importante em que se deve pensar. Agora, eu fiquei em dúvida, a partir  
1091 da tese, instigante, lançada pelo Conselheiro Nestor. Na verdade, creio que aquilo deve  
1092 ser visto muito mais como uma leitura imigrante ou, enfim, de quem concebeu a Igreja,  
1093 construída do neogótico via catolicismo bávaro, haja vista que o imigrante em Santa  
1094 Catarina ou era católico ou era bávaro, ou era luterano das regiões da Alemanha e, aí, eu  
1095 não consigo ver uma relação com a *Action Française*. Eu acho que o que se poderia  
1096 dizer é que há um fundo comum, lá no Século XIX, dentro da concepção neogótica, se  
1097 nós a associarmos com o romantismo que, por sua vez, passa a ser uma leitura  
1098 romântica estetizada a Idade Média. Talvez, aí, haja um fundo comum com o  
1099 pensamento da extrema direita francesa, italiana, alemã, mas, é com um fundo comum.  
1100 Eu não veria como uma filiação. Claro que isto também é outra hipótese. Não adianta  
1101 muito a gente raciocinar pelas origens. Eu, como historiador, estou à vontade para  
1102 reclamar disso porque, na verdade, não há uma origem, há um conjunto de origens, que  
1103 se sedimentam no tempo e que se confundem sobre esta questão das Belas Artes, não  
1104 sei se em algum momento o IPHAN pretenderá discutir isto. Eu acho que é um conceito  
1105 complicado. Eu acho que seria importante discutir um pouco esta fundamentação teórica  
1106 desta partição dos livros. Poderia fazer sentido, pragmaticamente, a partir dos anos 30.  
1107 Talvez, ainda faça algum sentido, pragmaticamente, hoje em dia, mas, tem um ranço  
1108 positivista muito forte e é muito complicado. Ele gera uma partição do real como se  
1109 fossem fatias. Então, por último, é que, como historiador, eu tenho uma imensa  
1110 dificuldade em raciocinar com padrões essenciais ou metafísicos. As coisas são  
1111 historicamente constituídas. Quando muda o contexto histórico e muda a convenção,  
1112 muda o padrão. Nós não podemos aspirar um padrão estético ou de qualquer outra  
1113 natureza absoluta, porque acho que não seríamos fiéis ao processo histórico que, de  
1114 alguma forma, nós procuramos recuperar em um trabalho de Patrimônio”. A palavra foi

1115 dada à Conselheira Cecília Londres Fonseca perguntou à Presidenta Jurema Machado:  
1116 “A nossa discussão trouxe um argumento que é de ordem absolutamente prática para  
1117 inscrição no Livro das Belas Artes, que tem pouquíssimo a ver com esta dimensão  
1118 cognitiva, valorativa, e tem a ver com a proteção material do bem. Aí, eu pergunto: Isso  
1119 é um dogma? Onde está escrito? Por que o bem que é considerado enquanto documento  
1120 de uma ocupação, ele não merece uma proteção, também, material e cuidadosa? Onde  
1121 está escrito que ela é mais frouxa quando se trata de um documento histórico, inscrito  
1122 em um documento histórico, e mais rígido quando se trata de um documento de Belas  
1123 Artes? Isto é uma jurisprudência criada pela prática ou é algo, realmente, predefinido e  
1124 preestabelecido? Fiquei com esta dúvida”. Jurema Machado respondeu: “Na verdade,  
1125 não é um dogma e nem uma jurisprudência, aliás, é o que o IPHAN menos tem, mas, a  
1126 natureza da forma de tratar as intervenções deste bem muda substancialmente, ele como  
1127 documento, ele como inserção em paisagem, você vai até um determinado limite de  
1128 aprovar as intervenções. Ele, como objeto, por exemplo, um altar neoclássico da Igreja,  
1129 preservado, passa a exigir um rigor do ponto de vista de intervenção que seria análogo à  
1130 Igreja São Francisco de Ouro Preto. Isto, no dia a dia, tem gerado dificuldades enormes  
1131 na gestão de conjuntos muito extensos pelas Superintendências. Eu vejo, muitas vezes,  
1132 comportamentos muito díspares na nossa fiscalização que, em bens em conjunto,  
1133 protege-se, vamos dizer, a volumetria, aquilo que representa a inserção daquele objeto.  
1134 Em bens individuais, tradicionalmente, protegeu-se o sistema construtivo, elementos  
1135 decorativos, etc. Vejo nisso, embora possa parecer uma simplificação, uma concretude  
1136 muito grande, quer dizer, isso muda substancialmente. Se nós passarmos a trabalhar, por  
1137 exemplo, em uma cidade da dimensão de Ouro Preto, se protegêssemos todas as plantas,  
1138 a distribuição espacial, interna de todos os imóveis, seria totalmente inviável fazer a  
1139 gestão deste bem. Esta Igreja da Vargem não estaria aqui nesta pauta se não tivesse  
1140 sido trazida, guindada pela abordagem do conjunto. O IPHAN de Santa Catarina não  
1141 teria identificado, isoladamente, este exemplar para esta análise. Ela só está aqui por  
1142 referência ao conjunto e é nisso que, talvez, a questão das Belas Artes fique um  
1143 pouco em segundo plano. Mas, à luz do que vem sendo, não digo a jurisprudência, mas  
1144 o tratamento mais frequente que o IPHAN dá, não há nela uma excepcionalidade, não  
1145 há nela uma relevância em si como valor intrínseco que nos tivesse motivado buscar  
1146 este bem, a não ser ele referenciar o conjunto”. Por último falou o Conselheiro Carlos  
1147 Eduardo Comas: “É uma questão de qualidade de projeto porque, senão, nós diremos  
1148 que esta igreja tem a mesma qualidade de projeto que São Francisco de Assis de Ouro

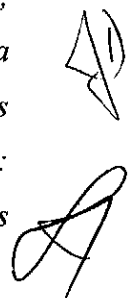


1149 Preto ou da casa neoclássica do Vladimir. Não é verdade. Eu estou discutindo qualidade  
1150 de projeto. Eu entendo que discutir em termos de Belas Artes para a arquitetura é  
1151 qualidade de projeto, e neste eu não reconheço a mesma qualidade de projeto dos outros  
1152 edifícios mencionados. E deste aí, vemos que uma colega ilustre nossa esqueceu este  
1153 edifício. Eu acho que ela não quis foi entrar na briga porque ele não apresentava a  
1154 mesma força dos outros edifícios. Agora, esta é uma manifestação como arquiteto. Não  
1155 acho que tenha força suficiente para se dizer isto. Agora, existe um problema interno, da  
1156 arquitetura interna, que o colega Lins levantou que entra em choque com questão, com a  
1157 possibilidade da demolição ou de alteração, etc. Mas, o conceito precisa ser revisto.  
1158 Nós podemos usar o mesmo conceito de São Francisco de Assis de Ouro Preto em  
1159 relação a esta Igreja em termos de lógica interna de projeto? Acho que não. Agora, as  
1160 outras que a Superintendente mostrou, acho que são bastante coerentes e, portanto, são  
1161 representativas daquela população”. Em seguida a Presidenta passou à votação do  
1162 Parecer do relator com o seguinte encaminhamento: “eu queria encaminhar o processo  
1163 de votação em duas etapas, que seria aquilo que me pareceu mais consensual, que é a  
1164 inscrição nos Livros do Tombo Histórico, do Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico  
1165 e, na sequência, fazer a votação em separado do Livro do Tombo das Belas Artes para  
1166 não nos confundirmos”. Efetuado o processo de votação, o **Conselho APROVOU por**  
1167 **unanimidade o Tombamento da Igreja de São Judas Tadeu, em Vargem/SC e sua**  
1168 **inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico,**  
1169 **Etnográfico e Paisagístico, e por quatro votos a favor, três votos contra e onze**  
1170 **abstenções, a inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes.** A Presidenta deu por  
1171 encerrada a sessão da manhã, e convocou para às 14 horas e 30 minutos, a retomada dos  
1172 trabalhos. **TARDE** – Às 14h30, a Presidenta Jurema Machado deu continuidade à 76ª  
1173 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Presentes os Conselheiros:  
1174 ÂNGELA GUTIEREZ, ARNO WEHLING, BRENO BELLO DE ALMEIDA, LUCIA  
1175 HUSSAK VAN VELTHEM; LUIZ PHELIPE DE CASTRO ANDRÉS, MARIA  
1176 CECÍLIA LONDRES FONSECA, NESTOR GOULART REIS, SYNÉZIO SCOFANO  
1177 FERNANDES E ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES, representantes da  
1178 sociedade civil; FABIANA OLIVEIRA, representante suplente do Ministério do  
1179 Turismo; ÂNGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, representante do Instituto  
1180 Brasileiro de Museus, IBRAM; CARLA MARIA CASARA, representante do Instituto  
1181 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; CARLOS

1182 EDUARDO DIAS COMAS, representante do Ministério da Educação; CLÉO ALVES  
1183 PINTO DE OLIVEIRA, representante do Ministério das Cidades; CRISTIANA  
1184 NUNES GALVÃO BARRETO, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira-  
1185 SAB; EUGÊNIO ÁVILA LINS, representante do Conselho Internacional de  
1186 Monumentos e Sítios-ICOMOS; MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE  
1187 GUIMARAENS, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; ROQUE DE  
1188 BARROS LARAIA, representante da Associação Brasileira de Antropologia-ABA. A  
1189 Presidente reiniciou a sessão colocando para deliberação o Processo de Tombamento: nº  
1190 1613-T-2010 – Conjunto das Fortificações Brasileiras: em Óbidos/PA: Forte da Vila de  
1191 Óbidos; Forte da Serra da Escama e Quartel General de Gurjão. Em Rosário/MA:  
1192 Ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário. Em Ladário/MS: Base Fluvial de Ladário.  
1193 Em Corumbá/MS: Forte Junqueira; e Forte de São Joaquim do Rio Branco, em  
1194 Bonfim/RR (Processo: 01458.003599/2010-16), Passando a palavra ao Relator,  
1195 Conselheiro Synésio Scofano Fernandes. Este agradeceu, e iniciou a leitura do Parecer:  
1196 ***“FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS. Reporto-me aos entendimentos ocorridos, em***  
1197 *2000, entre o IPHAN e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) – hoje Diretoria do*  
1198 *Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx)- órgão que, no Exército, trata*  
1199 *dos assuntos históricos e culturais. Esses entendimentos foram movidos pelo interesse*  
1200 *comum de construir mecanismos e procedimentos voltados para o amplo tema das*  
1201 *Fortificações Brasileiras: o levantamento, o registro, a disseminação geográfica, a*  
1202 *temporalidade, a história, os contextos político, econômico, militar, a preservação e o*  
1203 *uso. Pretendia-se construir uma visão geral de um assunto da maior importância para*  
1204 *a sociedade brasileira que envolvia a posse e a manutenção do território nacional, a*  
1205 *construção de nosso país e ao mesmo tempo estabelecer para que esse valiosíssimo*  
1206 *patrimônio fosse preservado. Lembro-me do apoio recebido do Centro de*  
1207 *Documentação do Exército, detentor de um riquíssimo acervo documental. A Fundação*  
1208 *Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), logo após a sua instituição, no início de 2001,*  
1209 *dedicou-se a esse trabalho de investigação e, também, de gestão. Inúmeras Associações*  
1210 *voltadas para as Fortificações Brasileiras receberam apoio e estímulo da FUNCEB.*  
1211 *Foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro”*  
1212 *que tem em vista realizar uma ampla investigação sobre as Fortificações Brasileiras e*  
1213 *difundir o conhecimento produzido. Foi concebida, então, a edição da obra em quatro*  
1214 *volumes: “MURALHAS DE PEDRA, CANHÕES DE BRONZE, HOMENS DE*  
1215 *FERRO”. Já foram editados dois volumes dessa coleção e o terceiro está em fase de*



1216 *impressão. Esse trabalho é coordenado e desenvolvido pelo Prof. Adler Homero*  
1217 *Fonseca de Castro, com colaborações do Prof. Mário Mendonça e do Prof. Marcos de*  
1218 *Albuquerque. Está sendo planejado um Simpósio, de nível internacional, sobre as*  
1219 *Fortificações Brasileiras, a ser realizado em 2015. As pesquisas já desenvolvidas, no*  
1220 *âmbito do referido Projeto, apontam para mais de mil fortificações construídas no*  
1221 *território nacional. O livro de autoria do Coronel Aníbal Barreto, "Fortificações*  
1222 *Brasileiras", editado, em 1958, pela Biblioteca do Exército, talvez o último que faz uma*  
1223 *abordagem geral do assunto indica de acordo com levantamentos realizados na época*  
1224 *um total de trezentas fortificações existentes no Brasil. Oito anos depois, em 2008, foi*  
1225 *realizado um encontro do qual participaram o IPHAN, a DPHCEX, órgãos da Marinha*  
1226 *Brasileira e estudiosos do assunto. Essa reunião enfocou alguns dos aspectos*  
1227 *relacionados a Fortificações Brasileiras que haviam suscitado os entendimentos de*  
1228 *2000. O pano de fundo a motivar os interesses que possibilitaram as tratativas já*  
1229 *realizadas e em desenvolvimento é o papel histórico desempenhado pelas Fortificações*  
1230 *Brasileiras na posse e na manutenção do território brasileiro e a preservação desse*  
1231 *patrimônio que registra esse processo fundamental para a nossa sociedade. Esse*  
1232 *esforço grandioso para garantir aos brasileiros o seu espaço geográfico é atualíssimo,*  
1233 *principalmente, na imensa fronteira Norte, detentora de riquezas guardadas, de*  
1234 *variedades de vegetação desconhecidas, de águas que são o único meio a ligar*  
1235 *paragens nunca visitadas pelo homem. A Amazônia Legal brasileira se estende por uma*  
1236 *área de cerca de 5 milhões de Km<sup>2</sup>, equivalente a 58% do território brasileiro, a 40%*  
1237 *da superfície da América do Sul, 1/20 de toda a superfície da Terra. Nessa área cabe*  
1238 *toda a Europa, com exceção da Rússia. A região possui 1/5 de toda a água doce do*  
1239 *planeta, 11.248 km de fronteiras, 23.000 km de rios navegáveis. A grandiosidade do*  
1240 *trabalho realizado por nossos antepassados está inscrita na história das Fortificações*  
1241 *Brasileiras, que, na verdade, resultou do esforço conjunto de diplomatas, de*  
1242 *trabalhadores, de empresários, de militares e de outros segmentos da nossa sociedade*  
1243 *em construção. As motivações que moveram esses personagens em viver e construir o*  
1244 *Brasil permanecem em nossa atualidade, agora se contrapondo a ameaças revestidas*  
1245 *de novas roupagens. Fortificação é uma expressão genérica que nomeia: fortes,*  
1246 *fortalezas, fortins, baluartes, pontos fortes, redutos. Mas quando nos referimos a*  
1247 *"Fortificações Brasileiras" não estamos falando apenas das edificações e das suas*  
1248 *condições arquitetônicas, mas, suscitamos outros aspectos construtivos desse conceito:*  
1249 *a sua historicidade, as questões políticas, econômicas e as puramente militares*

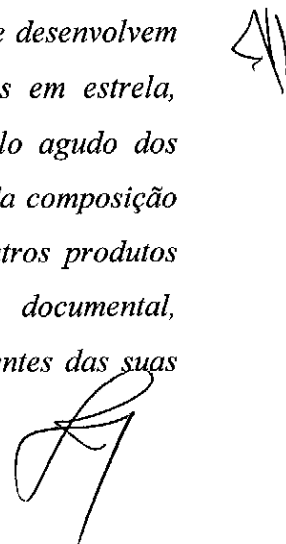


1250 relacionadas à estratégia e à tática. “Fortificações Brasileiras”, também, não  
1251 designam somente a reunião dos elementos constitutivos de um conjunto de objetos  
1252 considerados os fatores que delimitam as suas identidades, mas sim todas as  
1253 fortificações do Brasil, no quadro da evolução histórica do nosso país. Essa  
1254 temporalidade é que possibilita o entendimento da expressão “Fortificações  
1255 Brasileiras”. Portanto, há que se construir uma compreensão geral que dê sentido e  
1256 permita acolher os casos particulares das Fortificações existentes no Brasil. Esse  
1257 quadro conceitual afastaria a visão “rizomática”, fragmentária da realidade, que  
1258 impossibilita a percepção do todo e dificulta a ação, inclusive a política e a  
1259 administrativa. Em um universo de mais de mil exemplares, qual a prioridade para  
1260 iniciar o processo de tombamento, sempre minucioso e custoso, ou para distribuir os  
1261 recursos necessários à preservação do bem? De certo, o atendimento dos pleitos  
1262 movidos por interesses pontuais pode ser um procedimento facilitador dos processos de  
1263 tombamento. Mas seria esse o mecanismo adequado? A fortificação é sempre  
1264 defensiva; pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo mesmo  
1265 quando se insere em uma perspectiva estratégica de lançar os pontos iniciais para a  
1266 posse do terreno as ações táticas decorrentes tornam evidente seu caráter defensivo. A  
1267 fortificação é dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou  
1268 não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo. A sua  
1269 condição estática e o seu caráter dissuasório exigem que ocupe pontos dominantes no  
1270 terreno, facilitadores da visão ampla, em profundidade e largura, e nas confluências e  
1271 embocaduras dos rios. Mas as fortificações sucumbiram aos fatores da mobilidade e  
1272 ao desenvolvimento das tecnologias de propulsão. Os meios de ataque se tornaram  
1273 móveis, podendo ocupar, rapidamente, qualquer lugar no espaço, inclusive o aéreo. Os  
1274 modernos sistemas de propulsão permitem localizar bases de ataques em locais cada  
1275 vez mais afastados dos alvos. Após a II Guerra Mundial, progressivamente, se  
1276 tornaram alvos fáceis dos fogos de navios, das aeronaves e de bases situadas em locais  
1277 longínquos. De modo que as fortificações, ainda em operação no Brasil naquelas  
1278 épocas começaram a ser desmobilizadas. Grande parte delas passou a integrar o  
1279 patrimônio administrado pelo município ou pelo estado em que se encontravam. Em  
1280 alguns casos, foram organizadas associações de apoio à preservação do patrimônio  
1281 cultural, constituído por essas edificações. As fortificações que permaneceram sob  
1282 jurisdição militar sofreram transformações, não na sua estrutura arquitetônica, mas  
1283 nos seus usos. Os aquartelamentos em que se situavam passaram a ter outros



1284 *empregos: centros de estudos e de pesquisas, quartéis gerais, quartéis para tropas*  
1285 *com outros empregos táticos, diferentes daqueles originais, centros culturais e museus*  
1286 *voltados para a sociedade em geral. Outro aspecto cultural a considerar, inerente ao*  
1287 *conceito de Fortificações, diz respeito à especialização dos recursos humanos voltados,*  
1288 *especificamente, para a Artilharia de Costa que operavam os equipamentos e o*  
1289 *armamento constitutivos desse elemento do combate defensivo. A técnica de tiro para*  
1290 *esse tipo de artilharia, um tiro tenso, próprio do canhão e não do obus, era*  
1291 *grandemente afetada pela mobilidade do alvo e pelas condições meteorológicas –*  
1292 *visibilidade, direção e velocidade do vento e outros fatores. Essa técnica de tiro exigia*  
1293 *saberes particulares e o desenvolvimento de instrumentos específicos que foram*  
1294 *acumulados ao longo dos anos e constituíram um riquíssimo acervo cultural. É uma*  
1295 *ficção tentar compreender o conceito de “Fortificações”, considerando, apenas,*  
1296 *aspectos políticos, econômicos e arquitetônicos, sem levar em conta a sua*  
1297 *funcionalidade, as questões operativas puramente militares. Essa redução conduz ao*  
1298 *entendimento fragmentário do tema, em que se avalia como ocorre algumas vezes, a*  
1299 *importância histórica, política e militar da fortificação considerando,*  
1300 *fundamentalmente, a participação de sua guarnição em episódios que não se referem à*  
1301 *sua funcionalidade, deixando-se em segundo plano aspectos essenciais determinantes*  
1302 *da existência de tal ou qual fortificação e que lhe dão sentido. Ocorre, também, que*  
1303 *grande número de fortes e fortalezas que, originalmente, ocupavam locais de pouca*  
1304 *densidade demográfica, com o desenvolvimento das cidades em que se localizavam,*  
1305 *passaram a ser envolvidos na rede urbana, processo que provocou o deslocamento*  
1306 *dessas Fortificações da periferia para o centro sem que efetivamente ocorresse a*  
1307 *mudança do local em que inicialmente haviam sido construídas. Esse “deslocamento”*  
1308 *deu origem a inúmeras questões nas quais as Fortificações passaram a ser envolvidas,*  
1309 *ressaltando: as tensões entre, de um lado, as associações comunitárias, que se*  
1310 *preocupam com a preservação ambiental das áreas circundantes ao espaço em que*  
1311 *vivem e de outro lado, o interesse de grupos imobiliários. No caso das Fortificações*  
1312 *ainda sob jurisdição militar, a maioria delas detém amplos espaços, muitas vezes com*  
1313 *vegetação exuberante, que faz parte do sítio de proteção da Organização Militar a ser*  
1314 *preservado, mas esses espaços são cobiçados. De modo que as Organizações Militares,*  
1315 *com o decidido apoio dessas associações, têm impedido o avanço desses interesses.*  
1316 *Apenas para exemplificar, cito a área do Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme,*  
1317 *na cidade do Rio de Janeiro, que ocupa um amplo sítio de Mata Atlântica, que sobe por*

1318 *uma elevação que dá acesso ao Forte do Vigia, dominante em uma cota de 124 metros*  
1319 *do cenário de insuperável beleza da Praia de Copacabana. Local preservado e aberto à*  
1320 *visitação pública. No caso das Fortificações cujos patrimônios passaram para a*  
1321 *jurisdição civil essas tensões também ocorrem, envolvendo as instâncias detentoras*  
1322 *desse patrimônio e os grupos com interesses imobiliários; outra questão a ser*  
1323 *considerada diz respeito ao uso a ser dado ao patrimônio, o que exige investimentos*  
1324 *iniciais relevantes e nem sempre disponíveis. No caso dos patrimônios sob jurisdição*  
1325 *militar, apesar da carência de recursos financeiros, tem sido feito um grande esforço*  
1326 *para preservar o bem e, ao mesmo tempo, dar-lhe um uso adequado, tornando-o*  
1327 *público. São inúmeros no Brasil os casos exitosos em relação a esse aspecto. As*  
1328 *“Fortificações Brasileiras” se disseminaram pelo espaço geográfico brasileiro levando*  
1329 *em conta, fundamentalmente, a percepção da possível ameaça do inimigo; foram*  
1330 *erigidas em locais indicados pela estratégia político – militar de conquista, expansão e*  
1331 *domínio do território. Também, ocuparam posições que podiam servir de apoio a ações*  
1332 *de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e ações contra os ataques*  
1333 *indígenas. Em uma perspectiva geral, inicialmente e até mais ou menos a 1700 se*  
1334 *disseminaram pela linha litorânea protegendo cidades e, principalmente, os centros do*  
1335 *poder político, econômico e administrativo contra os inimigos externos, concorrentes*  
1336 *na colonização do Novo Mundo: espanhóis, franceses e holandeses. Depois, a partir do*  
1337 *começo do século XVIII inflectiram para Oeste, estabelecendo bastiões para a*  
1338 *expansão portuguesa além de Tordesilhas e para defender a região norte,*  
1339 *particularmente a Amazônia, contra pretensões de holandeses, ingleses e espanhóis.*  
1340 *Posteriormente, a partir de 1750, começaram a surgir às fortificações ao sul do*  
1341 *Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia, como consequência da política*  
1342 *de posse dos territórios a Oeste e das ameaças de um novo inimigo externo, não mais*  
1343 *extracontinental. Mas as fortificações têm características construtivas próprias que a*  
1344 *singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes emprestam uma linguagem*  
1345 *plástica, o que permite considerá-las obras de arte. Os planos em que se desenvolvem*  
1346 *as suas volumetrias, as suas assimetrias e simetrias, as suas formas em estrela,*  
1347 *quadrilátero e pentagonal, as contraposições das saliências em ângulo agudo dos*  
1348 *baluartes com as cortinas alongadas e recuadas configuram a riqueza da composição*  
1349 *de uma obra de arte. Mais ainda, as Fortificações são lugares de outros produtos*  
1350 *culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental,*  
1351 *iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas*



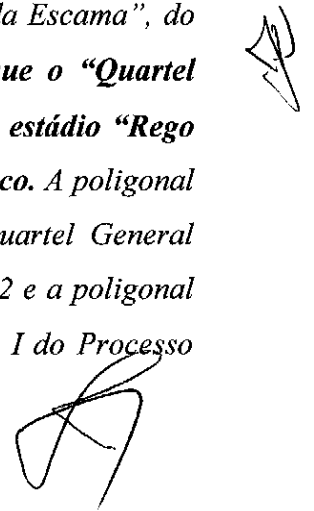
1352 *funcionalidades. Nesse relato vamos tratar de seis fortes e dos muros da base naval de*  
1353 *Ladário, localizados na região amazônica e no Oeste brasileiro. As fortificações estão*  
1354 *localizadas em pontos diferentes e foram construídas em épocas distintas, apresentando*  
1355 *estados de conservação diferenciados. “A região de Óbidos”, no Pará, foi sempre foco*  
1356 *de atenção nos planos de organização de um sistema de controle do tráfego marítimo*  
1357 *no rio Amazonas. A peculiaridade de Óbidos é que o rio se estreita acentuadamente, de*  
1358 *modo que a distância entre as margens diminui para até 1700 metros, o que a situava*  
1359 *dentro dos limites de alcance do material de artilharia existente na época. Portanto, o*  
1360 *fechamento da via fluvial poderia acontecer se Óbidos sediasse uma posição fortificada*  
1361 *e artilhada com material adequado. Em diferentes épocas e em diferentes locais foram*  
1362 *construídos fortes na região da cidade de Óbidos (Pauxis, Óbidos, Serra da Escama).*  
1363 *Inicialmente, trataremos do “Forte de Óbidos”, construído de 1853 a 1854. Ocupava*  
1364 *uma posição às margens do Amazonas que batia o ponto mais estreito do rio. O projeto*  
1365 *deste forte previa duas posições: uma bateria alta (a fortificação ainda hoje existente,*  
1366 *denominada “o forte da vila”), 15 metros acima do nível do rio, e uma bateria ao nível*  
1367 *do rio, construção terminada apenas em 1865, com uma dimensão muito menor do que*  
1368 *a projetada, em razão dos seus custos. Em 1924, essa bateria baixa foi demolida.*  
1369 *Também se cogitou estabelecer, na outra margem do rio, outra bateria complementar,*  
1370 *o que não se concretizou. Talvez tenha sido uma das únicas posições permanentes*  
1371 *erigidas entre a Regência (1831) e a Questão Christie (1863), quando se passou a*  
1372 *adotar a estratégia móvel de defesa. Pode ser considerado um exemplar da política de*  
1373 *marcar a presença militar brasileira em uma região vulnerável à ação de um inimigo*  
1374 *externo, que atuava (ou ainda atua) em proveito de uma estratégia de*  
1375 *internacionalização da Amazônia. Esses dois valores lhe emprestam um papel de forte*  
1376 *conteúdo histórico, o que recomenda a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico,*  
1377 *juntamente com os canhões Paixhans calibre 80 que guarneciam a posição. Torna-se*  
1378 *dispensável a indicação de uma área de proteção já que a fortificação está inserida no*  
1379 *centro do núcleo urbano, com casas que chegam a tangenciar os muros da*  
1380 *Fortificação. O “Forte da Escama”, situado na Serra da Escama, em Óbidos, no Pará,*  
1381 *foi construído em 1909, de acordo com um plano de defesa, concebido no final de*  
1382 *século XIX, de modo a oferecer condições de proteção a alguns portos e locais*  
1383 *considerados estratégicos. O “Forte da Escama” ou “Forte da Serra da Escama” não*  
1384 *se confunde com o “Forte de Óbidos” (I, II), construídos e reconstruídos no final do*  
1385 *século XVII e nos meados do século XIX e que praticamente deram origem à cidade de*

1386 Óbidos; no entanto, as motivações estratégicas dessas fortificações permaneceram as  
1387 mesmas: aproveitar o estreitamento do Rio Amazonas. Contudo, a evolução do material  
1388 de artilharia, ocorrida a partir de 1850, permitiu o aparecimento de peças com alcance  
1389 superior a 5000 metros. Esse desenvolvimento tecnológico conduziu a uma modificação  
1390 tática na área de Óbidos: localizar a posição defensiva nas elevações próximas à  
1391 cidade. O Forte da Serra da Escama, um novo Forte, situado nessas elevações e  
1392 provido de canhões com alcance de mais de 5 km poderia bater mais profundamente  
1393 um vetor fluvial que se deslocasse pelo leito do rio. Mas, quanto ao seu poder de fogo,  
1394 era uma posição modesta guarnecida por uma bateria (1ª Bateria do 4º Grupo de  
1395 Artilharia de Costa depois denominada 8ª Bateria Independente), mais ou menos, o  
1396 valor equivalente a um terço, em canhões e pessoal, ao de um Grupo de Artilharia. Na  
1397 verdade, quanto ao "Forte da Escama" não há registro de nenhuma operação militar  
1398 da qual essa fortificação tenha efetivamente participado, mas desempenhou a função de  
1399 fator dissuasório como posição defensiva e como as demais fortificações, foi elemento  
1400 importante na posse e manutenção do território brasileiro. Ainda, sob o ponto de vista  
1401 histórico, não relacionado à posição defensiva em si, registra-se a participação dos  
1402 militares que guarneciam o Forte em dois episódios políticos: a Revolução de cinco de  
1403 Julho de 1924 (Revolução dos Tenentes) e a Revolução Constitucionalista de 1932.  
1404 Depois de desativado, um efetivo de valor aproximado de uma Companhia de  
1405 Infantaria (mais ou menos 120 homens) permaneceu, até 1967, no local fazendo a  
1406 vigilância aproximada da região e cuidando do patrimônio lá existente. Atualmente  
1407 está sob a responsabilidade da Prefeitura de Óbidos. **Esse Relator recomenda o**  
1408 **tombamento dos remanescentes do "Forte da Serra da Escama" com a inscrição no**  
1409 **Livro de Tombo Histórico, juntamente com o material de artilharia que guarnecia a**  
1410 **posição.** O "Quartel General Gurjão", na verdade, constituía-se no aquartelamento da  
1411 tropa que guarnecia o "Forte da Serra da Escama" de dimensões exíguas que não lhe  
1412 permitiriam alojar cerca de 150 homens, o possível efetivo que operava as peças  
1413 constitutivas dessa posição defensiva. Projetado por uma Comissão da Vila Militar da  
1414 capital federal, localizava-se um pouco abaixo do "Forte da Serra da Escama", em um  
1415 terreno plano, denominado Praça do Bom Jesus. Foi inaugurado em 1909. O Projeto  
1416 inicial previa três pavilhões dos quais foi construído apenas o da frente, com três  
1417 pavimentos: no primeiro pavimento instalou-se o serviço de Intendência (o rancho e a  
1418 reserva de materiais); no segundo pavimento, provisoriamente, ficaram o xadrez, os  
1419 alojamentos de praças, o Estado – Maior, o serviço de saúde e a escola regimental; no



1420 terceiro, o Gabinete do Comando, a Secretaria e a Casa de Ordens. A edificação era  
1421 ampla, arejada, com boa iluminação natural e contrastava, na época, com o padrão  
1422 das demais edificações da cidade. Na verdade, reproduzia o modelo arquitetônico das  
1423 instalações militares do Brasil, ainda inspiradas na influência do modelo alemão,  
1424 propagadas pelos “jovens turcos”, oficiais brasileiros que em sucessivas viagens de  
1425 estudo à Alemanha (1906, 1908 e 1910), traziam para o nosso país novas ideias para  
1426 modernizar o Exército, não só quanto à doutrina de emprego, mas também quanto ao  
1427 treinamento, aos equipamentos e às instalações militares. De modo que deve ser  
1428 acolhida com cautela a interpretação de que o “Quartel do Gurjão” tivesse as suas  
1429 linhas construtivas inspiradas pela expressão soldado-cidadão, pelos ideais de  
1430 dispensar, na época, ao soldado (ou ao recruta), um tratamento que favorecesse ou  
1431 elevasse à condição de cidadão um homem recrutado nos extratos mais modestos da  
1432 sociedade. Certamente, as motivações dos traçados da arquitetura militar daqueles  
1433 momentos não se inspiravam nesses resultados. Basicamente, o que se pretendia em  
1434 relação às instalações militares era dar melhores condições de conforto a todos os  
1435 usuários desses espaços, uma evolução natural das condições de habitabilidade dessas  
1436 construções. Em razão de algumas afirmações apresentadas neste processo, torna-se  
1437 necessário um exame mais demorado das finalidades da educação e do treinamento  
1438 militar, das funcionalidades e da arquitetura das escolas militares e dos quartéis. Sem  
1439 procurar refutar a profunda interpretação de Foucault sobre a genealogia sobre a  
1440 arqueologia do saber (e a genealogia do poder), é sensato tentar “capturar a verdade”  
1441 também em outras fontes, com “outros olhos”. É certo que as palavras no decorrer do  
1442 tempo, mudam de sentido, os desejos de direção, as ideias alteram as suas lógicas  
1443 originais, dificultando a recuperação do traçado lento da história, mas, no entanto, os  
1444 saberes do homem em relação à natureza e ao próprio homem, decorrentes da  
1445 perseguição continuada, persistente, resultaram em crenças, explicações e  
1446 compreensões, codificadas e estruturadas nas disciplinas do conhecimento humano.  
1447 Não é possível deixar de considerar essa evidência. A própria identificação das  
1448 discontinuidades, da interrupção, resulta de um conhecimento prévio. Dentro desse  
1449 debate a Educação pode ser entendida como um instrumento de opressão, de submissão  
1450 do homem, de castração. Nessa perspectiva, os currículos, os objetivos educacionais, a  
1451 didática, a configuração da sala de aula, a arquitetura escolar são apenas elementos de  
1452 dominação para reproduzir padrões sociais, de docilização do corpo e das mentes. Mas  
1453 existe outro olhar sobre o significado da Educação. Como diz Brameld, as principais

1454 *funções da Educação decorrem das suas finalidades: o mais poderoso instrumento para*  
1455 *a preservação e a renovação da sociedade e da cultura. De modo que a natureza das*  
1456 *instalações militares, principalmente, aquelas destinadas às Escolas de Formação,*  
1457 *incluídas nessa classe, as direcionadas ao abrigo e ao treinamento do recruta podem*  
1458 *ser percebidas não como locais “de segregação” e de “encarceramento”, mas de*  
1459 *acordo com uma visão educacional fundada em teorias das ciências do comportamento*  
1460 *humano. Dentro dessa perspectiva, esses espaços seriam elementos reforçadores das*  
1461 *atitudes e dos valores centrais do ofício do militar. Espaços constituídos de amplos*  
1462 *pátios e alojamentos, facilitadores da integração social, do exercício da cooperação,*  
1463 *dos deslocamentos realizados em grupo, sob um comando; portadores dos sinais que*  
1464 *constituem o aparato dessa vida coletiva. Locais para a formação de um tipo de*  
1465 *recurso humano direcionado ao combate, em que, em situação limite a sua vida estará*  
1466 *em jogo. A formação desse especialista exige fundamentalmente, além de uma base*  
1467 *cognitiva, o desenvolvimento de atitudes e valores tais como: a liderança, a disciplina,*  
1468 *o sentido da hierarquia, a cooperação, a compreensão do outro, entre outros atributos.*  
1469 *O aprendizado de atitudes e valores pressupõe uma didática especial, diferente daquela*  
1470 *em que se realiza a aprendizagem em nível cognitivo. O desenvolvimento da*  
1471 *cooperação, da responsabilidade, da disciplina, da hierarquia, da compreensão do*  
1472 *outro, da dedicação, da iniciativa, do tato, enfim, dos atributos que têm uma variável*  
1473 *emocional bem nítida, se faz, especialmente, com procedimentos fundamentados na*  
1474 *modelação, na aprendizagem social, na dissonância cognitiva, na percepção das*  
1475 *circunstâncias ambientais. As evocações verbais, as palestras, as exortações não são os*  
1476 *procedimentos mais produtivos para desenvolver atitudes e valores. Daí porque a*  
1477 *promoção desses construtos, em situação educacional, exige ambientes (clima social,*  
1478 *espaços, normas de conduta) facilitadores e reforçadores desses atributos. A*  
1479 *arquitetura dos quartéis, das escolas e de outras dependências militares está submetida*  
1480 *a esses princípios. Portanto, entendemos que o fator determinante para o tombamento*  
1481 *do “Quartel do Gurjão” reside no seu enlace com o “Forte da Serra da Escama”, do*  
1482 *qual é um elemento integrante. **Em consequência, recomendamos que o “Quartel***  
1483 ***General Gurjão”, localizado na cidade de Óbidos, Pará, bem como o estádio “Rego***  
1484 ***Barros”, adjacente, seja tombado e inscrito no Livro de Tombo Histórico. A poligonal***  
1485 *de tombamento do conjunto “Forte da Serra da Escama” e do “Quartel General*  
1486 *Gurjão”, incluindo o estádio “Rego Barros” é a definida na página 332 e a poligonal*  
1487 *de entorno a constante na página 335, ambas, do Volume 2 do Anexo I do Processo*



1488 1028-T-80. **“O Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”** (inicialmente conhecido com  
1489 o nome de **“Forte de Nossa Senhora da Conceição”**) foi construído após a conquista  
1490 do Maranhão, em 1620, no município de Rosário, restando apenas às ruínas desse  
1491 patrimônio histórico. É um dos raros exemplares, talvez o mais antigo existente no  
1492 Brasil, da arquitetura militar de transição de um forte do período medieval para o de  
1493 artilharia. Inicialmente, o seu objetivo estratégico era garantir a defesa dos moradores  
1494 dos engenhos contra a ação dos indígenas. Mas está associado, também, a alguns  
1495 acontecimentos importantes da história brasileira: foi ocupado pelos holandeses em  
1496 1641; foi cenário da primeira rebelião contra o invasor, acontecimento que antecedeu  
1497 à Restauração Pernambucana, em 1645; participou, também, dos episódios de  
1498 repressão à revolta da Cabanagem. Portanto, **recomenda-se o tombamento das ruínas**  
1499 **do “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”, com inscrição nos Livros de Tombo**  
1500 **Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**, por representar um patrimônio:  
1501 indicador de um tipo de arquitetura defensiva associado à permanência de modelos  
1502 arcaicos no Brasil, constituindo-se num dos raros exemplares com essa característica;  
1503 representativo da estratégia de defesa de territórios e comunidades no interior do  
1504 Brasil; associado a importantes acontecimentos da história de nosso país – as Guerras  
1505 Holandesas e a Revolta da Cabanagem. Registre-se que o “Forte de Vera Cruz do  
1506 Calvário” foi tombado pelo Estado do Maranhão em 1990. As propostas das poligonais  
1507 de tombamento e de entorno são as indicadas nas páginas 144 a 150 do Volume I do  
1508 Anexo III do Processo 1580 – T-09. **“Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco”**,  
1509 do município de Boa Vista, em Roraima. O “Forte São Joaquim” foi construído  
1510 durante os anos de 1765-1775, na confluência dos rios Uraicuera e Itacutu, na margem  
1511 esquerda do rio Branco. Seus objetivos estratégicos eram assegurar a posse das  
1512 grandes extensões de terra decorrentes da fixação das novas fronteiras estabelecidas  
1513 pelo Tratado de Madrid (1750) e o rompimento dos limites estabelecidos pelo Tratado  
1514 de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal. É, portanto, um exemplar dos efeitos  
1515 da política de posse e manutenção do território nacional, que, na época, estava sendo  
1516 construído. As intenções de espanhóis, de holandeses e ingleses, na região, exigiam não  
1517 só tratativas diplomáticas, mas também, a ação militar para proteger os interesses de  
1518 Portugal, na época. Interesses que, mais tarde, iriam constituir a imensa base físico-  
1519 geográfica do Brasil. Registre-se o seu papel no processo de destruição dos  
1520 “Estabelecimentos” espanhóis da região: o Forte de San Juan Batista de CadaCada e  
1521 a povoação de Santa Rosa. O “Forte São Joaquim” talvez expresse, com maior nitidez,

1522 *essa destinação de vigilância e de proteção do nosso território nacional, destinação,*  
1523 *que, de resto, está sempre presente, talvez, com menor intensidade, em todas as*  
1524 *Fortificações erigidas na região amazônica. “Forte de São Joaquim” é o nome do 7º*  
1525 *Batalhão de Infantaria de Selva, atual integrante da Brigada de Infantaria de Selva*  
1526 *com sede em Boa Vista. Esse sentido de proteção e vigilância inspirou a constituição de*  
1527 *8 Brigadas de Infantaria de Selva, grandes comandos com estruturas variadas, de 22*  
1528 *Pelotões de Fronteiras, de 4 Destacamentos de Selva, disseminados pelos limites*  
1529 *longínquos do nosso território. Claro que essas organizações, embora apoiadas por*  
1530 *meios de transporte aéreos (helicópteros), não são, de longe, as suficientes para a*  
1531 *vigilância e a proteção da imensa região amazônica, mas constituem um grande*  
1532 *esforço do estado brasileiro para, inspirado no papel das fortificações, manter a posse*  
1533 *do território e a soberania nacional, ainda sujeita a fortes ameaças em nossa*  
1534 *atualidade. Quer dizer, a defesa estacionária, inerente à condição de imobilidade da*  
1535 *Fortificação, foi substituída pela defesa móvel, que se viabiliza na capacidade de*  
1536 *locomoção nos ambientes aquático, aéreo ou terrestre, nas possibilidades de*  
1537 *comunicação, oferecidas por novas tecnologias, na letalidade das armas de longo*  
1538 *alcance. A dissuasão, que, no caso das Fortificações, decorria da concretude da*  
1539 *monumentalidade arquitetônica, da sua imponente, da leitura dos sinais que,*  
1540 *prontamente, se apresentavam ao atacante, agora, com a defesa móvel, ampara-se na*  
1541 *intangibilidade, na surpresa, na fragmentação do contra-ataque, que pode surgir de*  
1542 *qualquer lugar, de modo concentrado ou não, na imprevisibilidade do golpe, na*  
1543 *dissimulação. Por tais motivos é muito mais inibidora, isto é, paralisa o atacante, pois*  
1544 *lhe apresenta a possibilidade, provável, de que um eventual ataque desencadeará uma*  
1545 *resposta muito mais devastadora do que os danos previsíveis de serem infringidos ao*  
1546 *defensor. É claro que esse novo sistema é muito mais dispendioso, exigindo constante*  
1547 *atualização tecnológica e a permanente capacitação de recursos humanos. **Propõe-se,***  
1548 *portanto, o tombamento das ruínas do “Forte São Joaquim”, em como dos seis*  
1549 *canhões coloniais, que o guarneciam, com inscrição no Livro Histórico e no Livro*  
1550 *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em razão: de sua participação no processo*  
1551 *de expansão portuguesa na Amazônia, especialmente, nas ações que se referem às*  
1552 *instalações espanholas na região; Forte de San Juan Batista de CadaCada, no rio*  
1553 *Uraricoera e a povoação de Santa Rosa, no rio Uraricapara; por ser um exemplar*  
1554 *significativo da política de posse e manutenção do espaço territorial brasileiro na área;*  
1555 *por oferecer elementos para o entendimento da colonização da Amazônia,*

1556 particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas. Registre-se,  
1557 que, do Forte original, persistem apenas vestígios da edificação principal, o que não  
1558 deverá se constituir obstáculo para a sua preservação e revitalização. O tombamento,  
1559 também, deverá alcançar os seis canhões associados ao Forte. Por fim, ressalte-se que  
1560 o Forte São Joaquim foi objeto de tombamento estadual em 2001. As poligonais de  
1561 tombamento e de entorno são as definidas, respectivamente, nas páginas 271, 272 e 273  
1562 do Volume 2 do Anexo IV do Processo 1504-T-02. **“Forte Junqueira”** Essa fortificação  
1563 foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade  
1564 de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos  
1565 Paraguaios. Participaria de uma linha de resistência constituída pelas posições de São  
1566 Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte  
1567 Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de  
1568 Corumbá. Dessa linha de resistência restou o “Forte Junqueira”. Na verdade, é um  
1569 reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face  
1570 Leste que dá para o Rio Paraguai. Tem um perímetro de 160 m. A sua forma geral é a  
1571 de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul. A sua  
1572 relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no  
1573 Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos  
1574 efetivos militares e em se constituir no derradeiro exemplar do sistema de defesa  
1575 estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores  
1576 que **recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico**. Ocupa uma área sob a  
1577 jurisdição do 17º Batalhão de Fronteira, Organização Militar do Comando do  
1578 Exército, que tem como principal missão garantir a integridade da fronteira Oeste do  
1579 Brasil. Com a finalidade de proteger o bem patrimonial proposto para tombamento e,  
1580 ao mesmo tempo, possibilitar à Organização Militar o exercício de suas  
1581 funcionalidades, submetemos a esse Conselho a poligonal de entorno definida pelos  
1582 seguintes pontos: Ponto A (18° 59’ 48,7’’ S-57° 38’ 11,8’’ W), Ponto B (18° 59’ 46,1’’ S  
1583 – 57° 38’ 13,1’’ W), Ponto C (18° 59’ 46,3’’ S- 57° 38’ 08,4’’ W), Ponto D (18° 59’  
1584 47,5’’ S – 57° 38’ 08,8’’ W). Base Fluvial de Ladário, em Ladário, Mato Grosso do Sul.  
1585 A **“Base de Ladário”**, no que se refere ao seu valor histórico, apresenta aspectos  
1586 especiais, pois a sua instalação na região em que se localiza decorreu da  
1587 reconfiguração da estratégia militar. Após os episódios da Guerra do Paraguai, ficou  
1588 evidente a necessidade de reforçar as defesas brasileiras em uma área carente de  
1589 atenção mais efetiva do estado brasileiro. Foram então deslocados para essa região

1590 *consideráveis efetivos do Exército, foi planejada e desenvolvida uma linha de defesa em*  
1591 *posição, constituída por fortificações de níveis variados (fortes, fortins, baterias,*  
1592 *redutos), empreendeu-se um grande esforço para levar, àquelas paragens, recursos*  
1593 *necessários a uma maior integração ao restante do Brasil, como o telégrafo, que*  
1594 *começou a operar em 1904. Ainda, dentro dessas providências, foi concebida a*  
1595 *instalação de um Arsenal Militar de Marinha de modo a apoiar, mais efetivamente, os*  
1596 *meios fluviais militares. Era uma iniciativa importante porque, também, os navios de*  
1597 *guerra (flotilhas) aumentaram sua presença no rio Paraguai, que se constituía em uma*  
1598 *importante via de acesso ao Paraguai e à Argentina. Então, preliminarmente, é preciso*  
1599 *compreender que a “Base de Ladário” não se revestia e não se reveste de um papel*  
1600 *estratégico semelhante ao desempenhado por um forte, uma bateria ou um reduto. Não*  
1601 *tem em vista realizar uma ação tática defensiva de posse ou manutenção do terreno. A*  
1602 *sua destinação é exercer o Comando e apoiar tecnicamente, ainda nos dias correntes,*  
1603 *por meio da ação de Comando, de reparos, dos variados campos da logística e dos*  
1604 *meios de comunicação os vetores de combate da Marinha Brasileira, na região de*  
1605 *Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Relatório apresentado, em 1881, pelo Vice-*  
1606 *Almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim ao Ministro da Marinha a respeito de*  
1607 *instalações e atividades da Base Naval instalada em Ladário indica os tipos de missões*  
1608 *que lhe cabiam. Diz o Relatório: os seguintes setores da referida Base foram*  
1609 *inspecionados “As Companhias e Imperiais Marinheiros e Aprendizes de Marinheiros;*  
1610 *Enfermarias e farmácias; Oficinas de máquinas, carapinas e construção naval;*  
1611 *Depósitos de pólvora e velas; Almoxtarifado e Pagadoria; Secretaria; Moradia do*  
1612 *Inspetor, ajudante, médicos; diretores das oficinas e patrão – mor; Capela; Via Férrea*  
1613 *para Transporte de materiais pesados; Depósito de materiais bélicos; Capitania dos*  
1614 *Portos e Força Naval, composta pelos navios da flotilha.” Era uma organização*  
1615 *voltada para a coordenação e para a realização de serviços técnicos. As muralhas*  
1616 *construídas, em 1873, tinham a função de proteger a própria base, especialmente (e*  
1617 *quase unicamente) de uma ameaça proveniente do Rio Paraguai, mas era uma proteção*  
1618 *tênue. A própria extensão da linha de muralhas, 2.300 m, circunscrevia uma área de*  
1619 *exigência muito superior aos recursos humanos disponíveis para a defesa aproximada,*  
1620 *caso ultrapassada a linha de fogo, estabelecida pelo artilhamento existente. É um*  
1621 *exagero, uma inadequação, denominar-se “a Base de Ladário” de forte. Também, a*  
1622 *classificação das muralhas da “Base de Ladário” como exemplar do traçado italiano*  
1623 *tem de ser feita com cautela, pois a sua função defensiva, como posição de artilharia, é*

1624 *mais efetiva em um trecho muito pequeno, correspondente às peças que fazem face ao*  
1625 *rio. Na sua maior extensão (em um perímetro de 2300 m), as muralhas carecem de*  
1626 *requisitos estruturais, como a presença de um aterro de sustentação, para ser*  
1627 *percebida como uma posição defensiva. Essa ausência de funcionalidade conduz ao*  
1628 *entendimento que o desenho da muralha, em sua maior extensão, preencheria apenas*  
1629 *um requisito ornamental, secundário. Mas aponta-se, também, como fator de seu valor*  
1630 *histórico, a participação de seu efetivo em dois episódios políticos: em 1906, quando os*  
1631 *navios que patrulhavam o rio Paraguai, transportaram contingentes do Exército em*  
1632 *uma manobra dissuasória contra uma revolta de amplitude regional e durante a*  
1633 *Revolução de 1932, ocasião em que serviu de base de apoio ao governo. Portanto,*  
1634 *entendemos que o valor histórico central da “Base de Ladário” reside no fato de que é*  
1635 *um exemplar representativo da mudança da política e da estratégia militar então*  
1636 *adotada para a região, em decorrência da Guerra do Paraguai. Representa o interesse*  
1637 *do estado brasileiro, na época, de dispensar uma atenção especial à questão da*  
1638 *navegação fluvial, da maior importância para a região. Foi estabelecida com esse*  
1639 *propósito. Suas muralhas, extensas, baixas, se adaptando às ondulações do terreno, são*  
1640 *apenas elementos de proteção para as atividades que se desenvolviam no Arsenal. De*  
1641 *outro lado, não é possível abstrair que a “Base de Ladário é, ainda hoje, uma base*  
1642 *naval fluvial e sede de um Distrito Naval, em plena atividade, voltada, especialmente,*  
1643 *para as operações fluviais”. Uma das únicas, no Brasil, com esse tipo de*  
1644 *funcionalidade e que passa por um processo de modificação ampla para se adaptar à*  
1645 *rápida evolução tecnológica do setor. As alterações nos equipamentos, nos sistema de*  
1646 *vigilância, nos armamentos, nas edificações para esse tipo de operação naval exigem*  
1647 *vultosos investimentos e o desenvolvimento de projetos de longa duração, por vezes,*  
1648 *superiores há uma década. Em um setor crítico, o da Defesa Nacional, em que os*  
1649 *recursos financeiros não são tão abundantes assim. Portanto, **recomendamos o***  
1650 ***tombamento das muralhas do 6º Distrito Naval, situado em Ladário, Mato Grosso do***  
1651 ***Sul, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões***  
1652 ***existentes, a ser inventariado posteriormente, como marcos representativos de***  
1653 ***importantes acontecimentos da história do nosso país. Com o objetivo de salvaguardar***  
1654 ***esse patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, garantir o exercício e a expansão das***  
1655 ***funções do complexo naval de Ladário, que envolvem atividades de defesa nacional e***  
1656 ***de combate a ilícitos transnacionais, em uma região da maior importância para a***  
1657 ***soberania nacional, recomendamos, também, que o tombamento se limite às próprias***

1658 muralhas, dispensando o traçado de uma linha poligonal de entorno e a definição de  
1659 uma área non-aedificandi. Esse é o relato. Synésio Scofano Fernandes. Brasília, 11 de  
1660 setembro de 2014”. Finalizada a exposição, a palavra foi aberta aos Conselheiros. Mas,  
1661 antes das manifestações, registrou a entrega do livro referente aos vinte e cinco anos de  
1662 criação do IBAMA, que contém o inventário de orquídeas do Planalto Central, ofertado  
1663 pela Conselheira Carla Casara, representante do órgão aos membros do Conselho  
1664 Consultivo. Em seguida a Conselheira Lucia Velthem dirigiu-se ao Conselheiro Synésio  
1665 Fernandes, solicitando que ele retirasse a parte do texto em que estava escrito “nunca  
1666 visitadas pelo homem civilizado ou não”. Porém, fez outras considerações. Acrescentou  
1667 que o parecer era extremamente detalhista, mas não identificava, em nenhum momento,  
1668 os indígenas que estavam junto ao Forte São Joaquim. Declarou que a categoria  
1669 indígena não existe, o que existe são os Taurepangues, os Tiriós, os Uaiamas, os  
1670 Azurini, os Carajá. O Conselheiro agradeceu e, imediatamente, retificou seu parecer  
1671 nesse ponto. Em seguida a Presidenta informou que o Conselheiro ratificou a maior  
1672 parte das propostas do IPHAN com relação a tombamento e fez pequenas alterações  
1673 com relação à entornos e ao foco do Forte Ladário. Para ficar mais claro, Jurema  
1674 Machado, fez uma síntese das propostas do Conselheiro para esclarecer o que estava em  
1675 deliberação: “Sobre a inscrição nos Livros do Tombo, no caso do forte de Óbidos, Pará,  
1676 incluindo 13 canhões, que estaria segundo a proposta, ratificada pelo Conselheiro,  
1677 inscrito no Livro do Tombo Histórico. O Forte da Serra da Escama, Pará, incluindo  
1678 quatro canhões e o Quartel General Gurjão, ambos também inscritos no Livro do  
1679 Tombo Histórico. As ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário, no  
1680 Maranhão, inscritos no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico,  
1681 Etnográfico e Paisagístico, pelo fato de serem as ruínas e aí haver um campo de  
1682 investigação também na área da arqueologia. Os vestígios do Forte de São Joaquim de  
1683 Rio Branco, em Bonfim, Roraima, incluindo seis canhões, em Boa Vista, no Livro do  
1684 Tombo Histórico e, também, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e  
1685 Paisagístico. Finalmente o Forte Junqueira, em Corumbá, e os muros da base de  
1686 Ladário, esta incluindo 15 peças de artilharia no Livro do Tombo Histórico. Em dois  
1687 casos o Conselheiro fez propostas de retificação do perímetro de entorno originalmente  
1688 proposto pelo Depam e segundo eu entendi, essa alteração foi debatida e acordada na  
1689 Câmara e consta do parecer a nova proposta de perímetro. No caso de Ladário, o  
1690 tombamento restringe-se à muralha pelas razões que o general explicou, uma vez que  
1691 não corresponde a essa muralha um perímetro de entorno, não existindo determinação

1692 'de nenhuma área *non aedificandi* no entorno". Não havendo mais quem quisesse se  
1693 manifestar, colocou em votação o parecer do relator, já com as incorporações  
1694 mencionadas por ela, **tendo o Conselho aprovado por unanimidade, nos termos do**  
1695 **Parecer do Relator, o tombamento do conjunto de fortificações integrantes do**  
1696 **Processo nº 1613-T-2010 – Conjunto das Fortificações Brasileiras**, conjunto esse que  
1697 passa a integrar o rol das fortificações já protegidas pelo IPHAN. A seguir, a Presidenta  
1698 passou ao último ponto da pauta: **Propostas de rerratificação:** Processo de  
1699 Tombamento nº 423-T-50 – Fortaleza de São José, em Macapá/AP; Processo de  
1700 Tombamento nº 155-T-38- Fortaleza de Santo Antônio, em Rationes, Florianópolis/SC;  
1701 Processo: Proc. nº 943-T-76 – Fortaleza de N. Senhora da Conceição, em Araçatuba,  
1702 Florianópolis/SC. Relatora: Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens,  
1703 conjunto de rerratificações, isto é, confirmações com algumas alterações nos processos  
1704 de tombamento já existentes, que foram referendadas na reunião da Câmara Setorial de  
1705 Arquitetura e Urbanismo mas, por orientação da Procuradoria Federal foi trazida à  
1706 apreciação do Conselho para trazê-las ao conselho. A palavra, então, foi dada à  
1707 Relatora: "*Parecer sobre os processos de rerratificação de tombamentos do Forte*  
1708 *Santo Antônio dos Rationes, Florianópolis - Santa Catarina; Forte Nossa Senhora da*  
1709 *Conceição, ilha de Araçatuba - Santa Catarina; e Forte de São José, Macapá –*  
1710 *Amapá. O relato descritivo e analítico ora apresentado se fundamenta no entendimento*  
1711 *de que a rerratificação do tombamento é a melhor maneira de identificação do bem*  
1712 *tombado, na medida em que o desenvolvimento dos conteúdos desses processos institui*  
1713 *oportunidade singular para explicar, detalhar, ampliar, alterar e propor mudanças em*  
1714 *uma inscrição já existente. Os principais argumentos e temas em favor das propostas*  
1715 *de rerratificação compreendem o estabelecimento de novos conceitos, novos valores e*  
1716 *novas interpretações dos aspectos históricos e paisagísticos, ressaltando-se a*  
1717 *importância dos bens integrados, a necessidade da extensão do polígono de*  
1718 *tombamento e da inscrição nova em outros Livros do Tombo No que diz respeito ao*  
1719 *mérito das propostas constantes nos processos em pauta, observa-se que, além de*  
1720 *complementar estudos e levantamentos para embasar as mudanças no entendimento do*  
1721 *bem, publicaram-se as notificações de rerratificação dos tombamentos atuais,*  
1722 *efetivando-se as seguintes ações: alteração nas poligonais de proteção com a extensão*  
1723 *do tombamento e área de entorno; exclusão de trechos de áreas incluídas nas*  
1724 *poligonais de tombamento atuais; inclusão dos acervos de artilharia; observação de*  
1725 *vestígios arqueológicos; manutenção e alteração das inscrições atuais em diferentes*

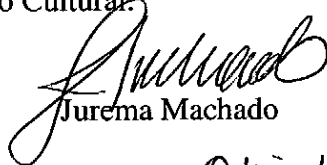
1726 *Livros do Tombo; inclusão do bem em outros Livros do Tombo; ddeterminação em rede*  
1727 *do conjunto de fortalezas e paisagens brasileiras. Após leitura dos processos e*  
1728 *respectivas súmulas emitidas pelo Departamento de Patrimônio Material – DEPAM em*  
1729 *agosto e setembro deste ano, as análises dos conteúdos foram apresentadas e discutidas*  
1730 *na 10ª Reunião da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Assim, registra-se*  
1731 *neste Parecer o encaminhamento favorável às rerratificações dos tombamentos em*  
1732 *pauta, conforme a seguir se justifica e propõe. • Processo de Tombamento nº 155-T-38*  
1733 *(01458.000297/2011-69): Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, em Florianópolis*  
1734 */SC: proposta de rerratificação, com a delimitação de sua poligonal de tombamento e*  
1735 *entorno, inclusão do acervo de artilharia e alteração no nome do bem. O Forte Santo*  
1736 *Antônio de Ratonés (processo de Tombamento nº 155-T-38) é uma edificação inscrita*  
1737 *nos Livros do Tombo das Belas Artes e do Tombo Histórico, compreendendo o*  
1738 *tombamento atual apenas a edificação principal do Forte de Santo Antônio, situado na*  
1739 *Ilha de Raton Grande, baía norte da Ilha de Santa Catarina. A Proposta de*  
1740 *Rerratificação, contida no volume II (folhas 1 a 146) apresenta novos estudos; justifica*  
1741 *e sugere alterações; comunica e notifica os interessados e envolvidos; e encaminha*  
1742 *para análise da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo e posterior apresentação*  
1743 *no Conselho Consultivo. A proposta principal indica “a extensão da poligonal para*  
1744 *abarcas um conjunto paisagístico mais amplo, incluindo as duas ilhas – de Ratonés*  
1745 *Grande e Pequeno –, bem como a ampliação dos valores atribuídos ao bem,*  
1746 *destacando agora a relação entre a implantação da fortificação e a paisagem da Baía*  
1747 *Norte da Ilha de Santa Catarina.” Para o desenvolvimento do processo de*  
1748 *rerratificação são determinantes os seguintes fatos: em 1987 solicita-se a extensão do*  
1749 *tombamento e a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e*  
1750 *Paisagístico; entre 1997 e 1998 realizam-se de estudos e levantamentos iconográficos e*  
1751 *documentais complementares; e de 2008 a 2011 elaboram-se pareceres técnicos,*  
1752 *realizam-se discussões e são encaminhadas notificações aos interessados e*  
1753 *responsáveis. Na análise desse processo há que destacar os seguintes registros:*  
1754 *“sugere-se ao Conselho avaliar a pertinência de aprovar a inclusão nesse momento, e*  
1755 *de apenas parte do acervo (material de artilharia), uma vez que o levantamento não*  
1756 *inclui os demais bens móveis e integrados existentes no local.” “também foi proposta a*  
1757 *delimitação de uma poligonal de entorno com extensão de 1.320 metros (ou 600 braças,*  
1758 *medida estabelecida no Decreto-Lei nº 3434/41, que “dispõe sobre o aforamento de*  
1759 *terrenos e a construção de edifícios em torno das fortificações”) a partir da ilha de*

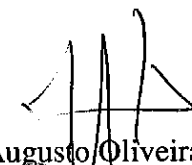
1760 *Raton Grande, que incluiria toda a ilha de Raton Pequeno, além de trechos de mar.”*  
1761 *“A notificação de tombamento provisório foi publicada no Diário Oficial da União em*  
1762 *30 de novembro de 2011, e jornais de grande circulação, sendo encaminhada por*  
1763 *ofícios, datados de 07 de dezembro de 2011, ao Ministério da Marinha, ao Prefeito*  
1764 *Municipal de Florianópolis, ao Governador de Santa Catarina, à Secretária do*  
1765 *Patrimônio da União e ao Superintendente da SPU em Santa Catarina, bem como ao*  
1766 *Diretor Presidente da empresa, Carlos Hoepcke S/A – Administração, Participações e*  
1767 *Empreendimentos. Em 21 de dezembro de 2011 a Marinha do Brasil – Comando do 5º*  
1768 *Distrito Naval encaminhou ofício ao IPHAN, informando nada ter a opor ao*  
1769 *tombamento. “Não foram recebidas impugnações.” Ressalta-se ainda nesse parecer a*  
1770 *inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, uma vez que a*  
1771 *Instrução Técnica não apresentou esse encaminhamento. Desse modo, este Parecer é*  
1772 *favorável às propostas de mudanças na identificação do bem estão expressas na*  
1773 *alteração da denominação, a qual passará a ser: Fortaleza de Santo Antônio de*  
1774 *Ratones e suas defesas anexas, incluindo a ilha de Ratones Grande, onde se situa, e*  
1775 *seu material de artilharia, assim como a ilha de Ratones Pequeno, estado de Santa*  
1776 *Catarina. Então, admite-se: a extensão do polígono de tombamento; a manutenção da*  
1777 *inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes; a alteração da denominação no Livro do*  
1778 *Tombo Histórico; a inclusão no tombamento ao acervo de artilharia existente no Forte*  
1779 *de Santo Antônio; e a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e*  
1780 *Paisagístico. • Processo de Tombamento nº 423-T-50 (01458.002957/2010-65):*  
1781 *Fortaleza de São José de Macapá/AP: proposta de rerratificação, com a delimitação*  
1782 *de sua poligonal de tombamento, inclusão do acervo de artilharia e inscrição no*  
1783 *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No processo de*  
1784 *tombamento nº 423-T-50, relativo ao Forte de São José, Macapá/Amapá, verifica-se*  
1785 *que o bem é uma edificação inscrita no Livro do Tombo Histórico, destacando-se que*  
1786 *“o principal valor que motivou o tombamento foi a existência dos próprios*  
1787 *remanescentes concretos da fortificação, ou seja, o recinto, delimitado pelas cortinas e*  
1788 *baluartes.” A proposta de rerratificação – constituída em 3 volumes apresenta novos*  
1789 *estudos, justifica, sugere alterações, notifica e encaminha para o Conselho Consultivo,*  
1790 *destacando que “a extensão do tombamento se fundamenta na verificação da existência*  
1791 *de elementos não incluídos no tombamento original, e na possibilidade de ocupação da*  
1792 *esplanada, uma vez que em 1950, quando do tombamento, a cidade de Macapá possuía*  
1793 *dimensões reduzidas, o que não ameaçava o bem.” Ao se elaborar o resumo da*

1794 *cronologia e principais informações desses estudos, foi possível verificar que entre*  
1795 *1990-1995 aconteceram a retomada dos estudos e levantamentos; a reconsideração das*  
1796 *sondagens realizadas nas décadas de 1970-1980; a elaboração de propostas de*  
1797 *inclusão de peças de artilharia e ampliação das poligonais de entorno; a verificação*  
1798 *dos aspectos paisagísticos; e a redação de minuta de instrução normativa. Na*  
1799 *sequência, entre 2002 - 2008 e 2010 – 2012 agregam-se consistentes informações;*  
1800 *realizam-se o inventário das peças de artilharia, e os levantamentos documentais e*  
1801 *iconográficos complementares; elaboram-se pareceres técnicos; e, após discussões, são*  
1802 *tomadas as decisões no sentido da consolidação de ações conforme discriminadas a*  
1803 *seguir: elaboração das propostas de novos limites; publicação da Portaria IPHAN nº*  
1804 *422/2011, dispondo sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno; realização*  
1805 *de novos estudos e levantamentos iconográficos; indicação da extensão do tombamento*  
1806 *e da área de entorno; e da alteração da inscrição nos Livros do Tombo Histórico e*  
1807 *também a inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Finalmente, em*  
1808 *2014, informa-se que o bem não é inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes; sugere-*  
1809 *se reavaliação das propostas; e encaminha-se para o Conselho Consultivo, após*  
1810 *avaliação dos conselheiros componentes da Câmara de Arquitetura e Urbanismo. As*  
1811 *informações constantes nas Súmulas do Processo, s/ data, encaminhada para a Câmara*  
1812 *Setorial de Arquitetura e Urbanismo em agosto de 2014, registram que: “(...) a*  
1813 *Portaria Iphan nº 422/2011 levou em conta a proposta de rerratificação em andamento,*  
1814 *considerando a preservação da ambiência do bem também por seus aspectos*  
1815 *paisagísticos e elementos arqueológicos, tendo adotado a mesma delimitação proposta*  
1816 *no processo. Assim, não é proposta a alteração da poligonal de entorno.”. “(...) a*  
1817 *decisão do Conselho Consultivo, em sua 27ª Reunião, aponta para a inclusão no*  
1818 *tombamento de todo o acervo de bens móveis e integrados – e não apenas do material*  
1819 *de artilharia. Dessa forma, sugere-se ao Conselho avaliar a pertinência da inclusão do*  
1820 *acervo de artilharia nesse momento, antes da devida conferência do inventário, e da*  
1821 *extensão deste a outros bens móveis e integrados que componham o conjunto da*  
1822 *fortificação.” Este Parecer é favorável à sugestão de alteração na poligonal*  
1823 *delimitada para o Forte de Macapá, excluindo as duas áreas ocupadas por tipos de*  
1824 *construção que não expressam a integridade da ambiência desejada, embora possam*  
1825 *conter vestígios arqueológicos. Nessa perspectiva, as propostas aqui aceitas*  
1826 *determinam: estender a proteção do bem para além de suas muralhas de modo a*  
1827 *melhor preservar os valores já atribuídos e agregar valores arqueológicos e*

1828 paisagísticos; incluir a extensão do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá e  
1829 o material pertencente ao seu acervo de artilharia; alterar a inscrição no livro de  
1830 Tombo Histórico; e inscrever o bem no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e  
1831 Paisagístico. • **Processo de Tombamento nº 943-T-50 (01510.000482/2009-57):**  
1832 **Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/SC:**  
1833 *proposta de rerratificação, com a revisão de sua poligonal de tombamento, incluindo o*  
1834 *Forte Marechal Moura, o Farol de Naufragados e a paisagem envoltória, além do*  
1835 *acervo de artilharia. A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (ou Forte de*  
1836 *Araçatuba no município de Santa Catarina) está situada na ilha de Araçatuba, Santa*  
1837 *Catarina, sendo objeto do processo de Tombamento nº 943-T-76. Ao se destacar que a*  
1838 *edificação foi inscrita em 1980 nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico,*  
1839 *Etnográfico e Paisagístico, observa-se que “os valores que motivaram o tombamento*  
1840 *do conjunto são, além da importância histórica do Forte, sua inserção na notável*  
1841 *paisagem ao sul da Ilha de Santa Catarina, e a relação dessa paisagem com a defesa*  
1842 *do território.” A proposta de Rerratificação - volumes II (folhas 1 a 193) e III (folhas*  
1843 *194 a 371) sugere que os “tombamentos do Forte Marechal Moura e do Farol dos*  
1844 *Naufragados, sejam incluídos no estudo de rerratificação do Forte de Araçatuba.”*  
1845 *Dentre os fatos que se efetivaram desde o tombamento, verifica-se que, na situação*  
1846 *atual, a área tombada está contida em um raio de 1 km a partir do centro geométrico*  
1847 *da Ilha de Araçatuba, incluindo as ruínas do Forte de Nossa Senhora da Conceição,*  
1848 *situadas na própria ilha, bem como uma série de outros elementos paisagísticos e*  
1849 *arquitetônicos (a própria Ilha de Araçatuba, parte da Ilha do Papagaio Grande, a*  
1850 *Ponta dos Naufragados, o Forte Marechal Moura e o Farol de Naufragados). Em 2009*  
1851 *foi iniciada a revisão do tombamento de diversas fortificações na Ilha de Santa*  
1852 *Catarina, dentre os quais o Forte da ilha de Araçatuba. A notificação do tombamento*  
1853 *provisório desse Forte inclui a paisagem no sentido amplo, constando da notificação do*  
1854 *tombamento provisório encaminhada aos interessados em 2012. Na análise ora*  
1855 *apresentada, destacam-se: a inserção do conjunto de bens na paisagem; a atenção à*  
1856 *determinação do Conselho Consultivo, constante da Ata da 27ª Reunião, em 2000; a*  
1857 *denominação dos bens e tombamentos individuais ou em rede / conjunto de fortalezas;*  
1858 *o tombamento do acervo de artilharia, observando-se que a documentação constante*  
1859 *no processo é relativa a apenas 10 canhões localizados na Ilha de Araçatuba (Volume*  
1860 *II), não havendo menção ao acervo do Forte Marechal Moura; a notificação de*  
1861 *tombamento provisório que foi publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de*

1862 2012, encaminhada interessados aos em 30 de abril de 2012; e a conciliação de  
1863 interesses entre a preservação e a utilização dos bens. Portanto, sugere-se aqui a  
1864 aprovação das propostas de rerratificação que: incluem o acervo de artilharia;  
1865 modificam a poligonal do tombamento no sentido de um novo traçado, e, conforme  
1866 apresentada por mim e aprovada na Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo  
1867 inclui o istmo da Ponta do Papagaio, merecendo, portanto, melhor configuração a fim  
1868 de que sejam evitadas incongruências fundamentais à melhor identificação do bem e da  
1869 geografia do seu contexto paisagístico; alteram a denominação atual (original) do  
1870 conjunto passa a ser: Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Ilha de Araçatuba,  
1871 incluindo o Forte Marechal Moura, o Farol de Naufragados e a paisagem envoltória,  
1872 composta pelas ilhas do Papagaio Grande e Pequeno, Ponta e Praia de Naufragados e  
1873 a Ponta do Frade, bem como o acervo de artilharia dos fortes de Nossa Senhora da  
1874 Conceição e Marechal Moura, de acordo com os autos do Processo de Tombamento nº  
1875 943-T-76. Em 11 de setembro de 2014. Conselheira Maria da Conceição Alves de  
1876 Guimaraens. Arquiteta. Instituto de Arquitetos do Brasil”. A Presidenta agradeceu à  
1877 Conselheira e após a discussão, colocou em votação o Parecer da Conselheira Maria da  
1878 Conceição Guimaraens, pedindo que os Conselheiros que estavam de acordo com as  
1879 alterações propostas levantassem a mão, tendo o Conselho aprovado **por unanimidade,**  
1880 **nos termos do Parecer da Relatora, os processos de rerratificação de tombamentos**  
1881 **do Forte Santo Antônio dos Ratoles, Florianópolis - Santa Catarina; Forte Nossa**  
1882 **Senhora da Conceição, Ilha de Araçatuba - Santa Catarina; e Forte de São José,**  
1883 **Macapá – Amapá.** Em seguida a Presidenta agradeceu à presença de todos e convocou  
1884 os Conselheiros para a última reunião do ano, marcada para os dias 3 e 4 de dezembro  
1885 de 2014. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a 76ª Reunião do Conselho  
1886 Consultivo, da qual eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata da qual dou  
1887 fé e assino, juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho Consultivo do  
1888 Patrimônio Cultural.

1889   
1890 Jurema Machado

1889   
1890 Jorge Augusto Oliveira Vinhas

1891   
1892 Cléo Alves Pinto de Oliveira

1893   
1894 Roque de Barros Laraia  
1895

1896

  
Fabiana de Melo Oliveira

1897

1898

1899

1900

  
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

1901

1902

1903

  
Carla Maria Casara

1904

1905

1906

  
Cristiana Nunes Galvão Barreto

1907

1908


1909

  
Ângela Gutierrez

1910

1911

1912

  
Arno Wehling

1913

1914

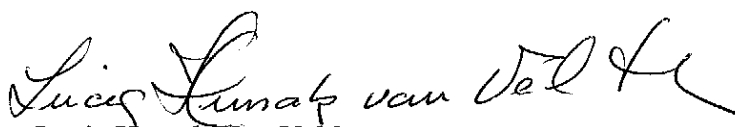
1915

  
Luiz Phelipe de Castro Andrès

1916

1917

1918

  
Lucia Hussak Van Velthem

1919

1920

1921

  
Maria Cecília Londres Fonseca

1922

1923

1924

  
Synézio Scofano Fernandes

1925

1926

1927

  
Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

1928

1929

EM BRANCO